AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA I

MODERADOR: Alena Vieira – Univ. Minho / DISCUSSANT: Bruno Reis

Título da Comunicação: ***As parcerias estratégicas da União Europeia: quando, onde, como e porquê?***

Autor: **LAURA FERREIRA-PEREIRA – ISCSP-UTL** (lferreira-pereira@iscsp.utl.pt)
ALENA VIEIRA – Univ. Minho (vysotskayaa@gmail.com)
BRUNO OLIVEIRA MARTINS – Univ. Minho

RESUMO

Nos últimos anos a União Europeia decidiu elevar a sua relação com um conjunto de Estados para um novo patamar – o da 'parceria estratégica'. De entre estes encontramos exemplos tão diferentes como a Rússia, o Brasil e Cabo Verde. Isso resultou na institucionalização de diversos tipos de 'parcerias estratégicas'. Pese embora seja manifesta a tendência dessas parcerias verem a sua relevância dilatada com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o conceito de 'parceria estratégica' continua por definir. A presente comunicação procura escrutinar as parcerias como o mais recente instrumento de política externa da UE para gerir a múltiplas faces globalização e respectivas implicações. Ademais, discute as suas diferenças e semelhanças por examinar as parcerias estabelecidas com cinco Estados (i.e. Brasil, Cabo Verde, Israel, Rússia e Ucrânia), o que ajudará a iluminar as razões, os interesses, os valores subjacentes a essas parcerias. No seguimento dessa análise, 'e proposta uma categorização/taxonomia das parcerias da UE. Uma das principais conclusões do estudo aponta para a ligação entre a diversidade das parcerias e a mudança ocorrida nas características não-posicionais dos terceiros países (e.g. progresso ao nível da boa governação, bem como do respeito pelos direitos humanos) 'a qual a UR sentou necessidade de se ajustar na prossecução dos seus próprios objectivos. A variedade detectada 'e, igualmente, explicada 'a luz de uma reavaliação da estratégia inicialmente adoptada por Bruxelas em relação a um determinado país ou região, em resultado de uma alteração da conjuntura suscitada por dinâmicas de conflito, fluxos comerciais, crises energéticas, de entre outros factores.

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA I

MODERADOR: Alena Vieira – Univ. Minho / DISCUSSANT: Bruno Reis

Título da Comunicação: ***50 Anos de relações UE – Israel e a perspectiva de uma parceria estratégica***

Autor: **BRUNO OLIVEIRA MARTINS**
Instituição: **Univ. Minho**

RESUMO

Tendo sido estabelecida na década de 1950, a relação diplomática entre a União Europeia (UE) e Israel tem sido uma fonte de desenvolvimento para este país e uma forma de apaziguamento entre a Europa e a sua história. No entanto, a co-existência de diferentes áreas de intervenção política tem trazido instabilidade e uma certa dose de imprevisibilidade a esta cooperação política e económica. São três as principais áreas onde a relação UE-Israel se desenvolve: as plataformas bilaterais entre a UE e Israel; as plataformas multilaterais UE-Médio Oriente; e o conflito Israelo-Palestiniano. Esta plêiade de plataformas gera fricções mas origina também vasta cooperação política, científica, cultural e económica. As tensões decorrentes do conflito Israelo-Palestiniano tem influenciado o desevolvimento das relações UE-Israel, mas, aparentemente, não ao ponto de impedir que este país beneficie de tratamento privilegiado e goze de um estatuto de parceiro especial. Partindo de desenvolvimentos recentes nos fóruns jurídico, político e económico, esta comunicação pretende avaliar criticamente o estado da relação UE-Israel e especular em torno da possibilidade de um novo arranjo institucional que regule esta relação.

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA I

MODERADOR: Alena Vieira – Univ. Minho / DISCUSSANT: Bruno Reis

Título da Comunicação: ***As relações externas de Cabo Verde e a União Europeia: forjando uma parceria especial***

Autor: **SUZANO COSTA** (suzanocosta@fcsh.unl.pt)
Instituição: **FCSH - UNL**

RESUMO

O acordo de Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia aprovado, a 19 de Novembro de 2007, pelo Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, sob presidência portuguesa, constitui um marco histórico assinalável para a política externa cabo-verdiana e um instrumento incontornável para reforçar o diálogo político, a convergência económica, técnica e normativa entre as duas potências, na medida em que postula e consubstancia, com recurso a fundamentos históricos, políticos, culturais, geopolíticos e estratégicos, o futuro das relações político-diplomáticas entre o espaço comunitário europeu e a República de Cabo Verde. O propósito fundamental desta comunicação é demonstrar que a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia se estrutura sob a égide de três eixos epistemológicos essenciais: a *esfera da significação* (histórica, cultural, política, identitária e ideológica); a *esfera económica* (mobilização de novos instrumentos financeiros de cooperação, acesso a fundos comunitários, intensificação das relações da Europa com o mercado e as organizações da sub-região africana); e, finalmente, a *esfera securitária* (salvaguardando a paz, segurança e defesa, combate às ameaças globais tais como o terrorismo global, a criminalidade transnacional organizada, o narcotráfico, a imigração ilegal, tráfico de seres humanos, o branqueamento de capitais e outras formas de criminalidade económica e financeira, etc.).

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA I

MODERADOR: Alena Vieira – Univ. Minho / DISCUSSANT: Bruno Reis

Título da Comunicação: ***Ucrânia e a Rússia: parceiros estratégicos ou países vizinhos da União Europeia?***

Autor: **ALENA VIEIRA**
Instituição: **Univ. Minho**

RESUMO

A contribuição visa analisar e comparar os resultados do diálogo entre a União Europeia e dois países na zona da sua vizinhança de Leste, nomeadamente a Rússia e a Ucrânia. Estes dois estados situam-se, por um lado, na zona onde a UE desenvolve a sua governação em relação aos Estados-vizinhos, e por outro lado, os seus Parceiros Estratégicos. As relações entre a UE e a Rússia e a Ucrânia não tem por base um único tipo de motivações. A contribuição propõe quatro tipos de resposta à oferta governativa da UE por parte dos países escolhidos, e analisa as implicações destas respostas em relação à Parceira Estratégica entre as partes.

DESAFIOS DA ÁSIA - PACÍFICO

MODERADOR: Andrés Malamud – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Os canais de intermediação não-governamental (CING) na transformação de conflitos: O efeito dos taishang nas relações sino-taiwanesas***

Autor: **JORGE TAVARES DA SILVA**
Instituição: **Univ. Coimbra**

RESUMO

Um dos sinais evidentes do contexto da contemporaneidade é a afirmação dos actores da esfera não governamental na cena internacional e a partilha ou substituição destes em muitas dinâmicas anteriormente exclusivas dos governos. Esta nova tendência, que na sua amplitude tem ganho a designação de "nova" ou "mega diplomacia", está a propiciar um conjunto de renovadas oportunidades na transformação de conflitos. O diferendo entre a China e Taiwan é um dos cenários internacionais onde podemos testemunhar este género de interacções a que decidimos atribuir o nome de que CING. Estando a ilha de Taiwan jurídica e politicamente fragilizada no sistema internacional ganham importância as intermediações individuais, os processos ou redes informais e não oficiais. Pelo seu dinamismo e crescente capacidade de intermediação e influência, destacamos em particular os contributos desenvolvidos pelos empresários de Taiwan a operar na China continental, também conhecidos por taishang. O nosso objectivo é avaliar o papel transformador destes actores no conflito sino-taiwanes e o seu potencial para a construção de uma paz duradoura.

DESAFIOS DA ÁSIA - PACÍFICO

MODERADOR: Andrés Malamud – ICS-UL

Título da Comunicação: ***A importância do smart power e da diplomacia pública na projecção da República Popular da China***

Autor: **MARCO BAPTISTA MARTINS** (mabm@uevora.pt)
Instituição: **Univ. Évora**

RESUMO

No sentido de estabelecer e expandir a influência chinesa, o centro de poder tem vindo a desenvolver uma nova estratégia que integra a combinação da utilização do hard com o soft power cujo resultado assume as formas de smart power e de diplomacia pública como resposta aos actuais desafios que requerem soluções transnacionais tais como a estabilidade financeira global, a alteração climática, a questão da insegurança energética e o terrorismo. De facto, pretendemos analisar a forma como o smart power e a diplomacia pública se encontram interligados no que respeita a projecção da República Popular da China na arena internacional.

INSTITUIÇÕES E ACTORES SOCIAIS E POLÍTICOS

MODERADOR: Bernardo Ivo Cruz – IEP-UCP

Título da Comunicação: ***Saberes e poderes tecnocráticos: a emergência das sedes e os consensos sociais da tecnocracia portuguesa***

Autor: **TIAGO RIBEIRO** (tiagor@ces.uc.pt)
Instituição: **Univ. Coimbra**

RESUMO

O objectivo desta comunicação consiste em problematizar a construção da agenda, dos saberes e dos poderes tecnocráticos na sociedade portuguesa contemporânea, tomando a SEDES como estudo de caso. O argumento principal baseia-se na ideia de que a visão e a linguagem tecnocrática sobre a modernização ou a transformação social é geradora e encontra simultaneamente as suas fontes em consensos societais e epistémicos mais amplos que lhe conferem um valor pericial específico na descrição da realidade e na prescrição de soluções. O carácter hegemónico desses consensos determina os conteúdos e a autoridade pericial mobilizados na sua participação discursiva e deliberativa na vida pública. Procura-se, assim, numa perspectiva histórico-política, reconstituir o nascimento da SEDES no contexto marcelista, explorando a ideia de que a organização e o agregado de agentes tecnopolíticos que a compunham espelhava as ambivalências constitutivas daquela fase do regime autoritário, muito embora a emergência das novas elites económicas e financeiras, as novas semânticas do Estado Social e o impulso reformador da administração pública animassem o envolvimento cívico-político dos seus associados, tributários tanto do progressismo político saído do Vaticano II como da participação em comunidades epistémicas internacionais, que os envolviam em processos de *policy making* e *policy transfer* que traziam novidade ao pensamento e à acção política *tecnocrática* a partir da década de 70.

INSTITUIÇÕES E ACTORES SOCIAIS E POLÍTICOS

MODERADOR: Bernardo Ivo Cruz – IEP-UCP

Título da Comunicação: ***A empresa como autora do crime de corrupção – um ensaio sobre o problema da criminologia, da política criminal e da ciência política***

Autor: **GONÇALO DE MELO BANDEIRA** (gsopasdemelobandeira@ipca.pt)
Instituição: **ESG-IPCA**

RESUMO

Na linguagem comum, incluindo aquela que atravessa também os órgãos de comunicação social, tornou-se popular falar em "corrupção". Mas quem profere essa palavra, saberá qual é o seu significado estrito em termos jurídico-criminais? E quando se fala em "corrupção", fala-se também em problemas económicos, sociais, políticos, culturais, mentais e, portanto, também empresariais e financeiros. É aqui que surge o actor "empresa" ("pessoa colectiva", "jurídica" ou "organização", etc.), o qual representa um papel fundamental na prática, potencial ou concreta, e/ou na, também, prevenção, da "corrupção". É que a "empresa" pode ser, ela própria, a autora da "corrupção". "Corrupção", essa, que pode ser activa ou passiva, entre outras características.

"Empresários, Empresas, Corrupção, Criminologia, Política Criminal e Política" ou "Política, Política Criminal, Criminologia, Corrupção, Empresas e Empresários": eis "o despontar" duma realidade muito complexa, a qual não deve ser "incomunicável";

É dentro desta intrincada problemática que certas instituições públicas, como a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal de Contas ou os próprios Tribunais Judiciais ou a Polícia Judiciária, entre outras, assumem um papel preponderante. Mas também ao nível da sociedade civil podemos encontrar associações que, com mais-valia, quer a nível nacional, quer a nível internacional, se dedicam a investigar o fenómeno da "corrupção associado à política e à empresarialidade em geral" e, claro, a algumas das "infracções conexas". Tudo isto, dum ponto de vista criminológico, mas também político-criminal.

Do ponto de vista científico-jurídico, a partir duma perspectiva do Direito Penal Clássico ou, neste caso, em "sentido estrito", é necessário, contudo, delimitar com exactidão o objecto da nossa investigação teorética e prática. Só assim – é um dos legítimos modos -, a crítica construtiva pode ter a veleidade de encontrar algum fundamento. Deste modo, é essencial, desde logo, resumir quais os problemas a colocar perante o problema da "empresa como autora do crime de corrupção". De um modo escorreito, esses problemas, quer internos, quer externos, podem ser retirados da Doutrina, da Jurisprudência, da Legislação, mas também da própria dogmática penais. a) Que "empresas"?; b) Que "corrupção"?; c) Como se aplica o art. 11.º do Código Penal?; d) De seguida, vamos tentar estabelecer diversas hipóteses de conexão entre todos os problemas antes enunciados e o papel, pelo menos suposto, que a Criminologia, a Política Criminal e a própria Política e Sociedade podem - e porventura deveriam ter -, no tratamento da chamada "corrupção e infracções conexas". E onde a livre iniciativa privada, a empresarialidade, a livre concorrência, entre outras, surgem como um verdadeiro Direito político e social e não uma mera actividade que apenas possa conseguir existir aliada, v.g., à "corrupção e às infracções conexas"; h) Conclusões, ideias e hipóteses de solução para alguns dos problemas enunciados.

REGIMES AUTORITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO

MODERADOR: Fernando Ampudia de Haro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Do centro para a periferia – As alterações políticas na URSS e o recrutamento das elites na Checoslováquia, Hungria e Polónia***

Autor: **ANA GUARDIÃO** (afsguardiao@gmail.com)
Instituição: **FCSH-UNL**

RESUMO

Após a morte de Estaline, símbolo de permanência e imutabilidade no bloco soviético, assistiu-se a um período conturbado no respeitante à orientação e recrutamento das elites políticas na Europa Central e de Leste – aqui em particular na Checoslováquia, Hungria e Polónia -, espelhando a sua dependência das lutas pelo poder em Moscovo pela importância geopolítica que o centro do Império Socialista sustentava. Importa por isso analisar o grau de influência das elites centrais no recrutamento das elites políticas nestes Estados e as oscilações da política moscovita face a cada um deles o que, entre outros factores, veio determinar os seus percursos até 1989.

REGIMES AUTORITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO

MODERADOR: Fernando Ampudia de Haro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Memória histórica e franquismo: a gestão do passado pelo Partido Popular em Espanha***

Autor: **FERNANDO AMPUDIA DE HARO** (fharo@iscsp.utl.pt)
Instituição: **ISCSP-UTL**

RESUMO

O objectivo desta comunicação é analisar o posicionamento do Partido Popular (PP) em Espanha relativamente à questão geral do passado autoritário do país e das políticas da memória implementadas a partir de 2004. Mais especificamente, a análise vai-se centrar nos pontos seguintes:

a) Reconstrução sintética da trajectória histórica do Partido Popular atendendo à sua evolução como formação política que reivindica, nas suas origens, o legado do franquismo e que passa por um processo de refundação nos anos noventa, até à sua constituição como partido de centro-direita integrador de correntes liberais-conservadoras.
b) Exame do discurso oficial do PP face às políticas da memória, propiciadas principalmente, pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) durante o período 2004-2008.
c) Estudo das convergências e das divergências entre esse discurso oficial e as opiniões da base eleitoral do PP em relação às políticas da memória. Como tal, a referência central neste caso será o Inquérito a nível nacional realizado pelo Centro de Investigaciones Sociológicas em Abril de 2008 (Estudo número 2760: Memorias de la Guerra Civil y el franquismo).

REGIMES AUTORITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO

MODERADOR: Fernando Ampudia de Haro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Political liberalization and authoritarian persistence in the North Africa: exploring path scenarios***

Autor: **ISABEL ALCARIO** (isabel.alcario@ipri.pt)
Instituição: **IPRI-UNL**

RESUMO

The persistence of authoritarian rule has been one of the most fundamental features of political development in Middle Eastern and Northern African states. Despite the political transformations many countries experienced since start of the Third Wave of democratization, this region has resisted to adopt fully democratic institutions for decades. Although in the late 1980s, political liberalization measures were implemented in the Southern Mediterranean countries, the survival of the non-democratic regimes led several observers to explore a so-called" regional exceptionalism". But where did the liberalization processes led these countries? What does the enlargement of the limited pluralism really means for authoritarian contexts? How does political liberalization work as to assure the persistence of autocratic leaders in power? Building upon the theories of authoritarianism, and considering the recent unrest in the region, this paper aims to shed light over the paths these political regimes developed in the last twenty years. For this purpose a comparative analysis of Egypt and Morocco will be conducted, including the following analytical dimensions: the relation and effectiveness of the executive and legislative powers, the functioning of the multiparty elections and elites' discourses and attitudes.

REGIMES AUTORITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO

MODERADOR: Fernando Ampudia de Haro – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Portugal, Itália e o "caso Messeri": um incidente crítico***

Autor: **MARCO JOSÉ GOMES** (gomes_marco78@hotmail.com)
Instituição: **CEI, Univ. Coimbra**

RESUMO

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre a ação do embaixador italiano em Portugal, Girolamo Messeri, no contexto da história das relações políticas e diplomáticas entre os dois países. Pretende-se explorar e interpretar, entre 1972 e 1975, através da imprensa italiana, um conjunto de episódios que suscitaram ampla polémica nos círculos políticos e jornalísticos italianos e cujo teor colocou em evidência a duplicidade da política externa de Roma em relação a Portugal.

A publicação, na imprensa semanária, de documentos confidenciais da autoria de Girolamo Messeri, em Março de 1972 e Novembro de 1974, inflamou ainda mais a luta política e ideológica, principalmente, entre a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano. E contribuiu para avolumar a discussão em torno da liberdade de expressão. São documentos que, em 1972, contrariam as posições da maioria dos países ocidentais perante Portugal. E ainda, em 1974, que sustentam as proximidades entre o diplomata italiano e os setores mais ligados a António Spínola.

A proposta visa também contextualizar a instrumentalização da "questão portuguesa" ao nível da política interna italiana, elemento fundamental para perceber o complexo cenário que norteou a receção e interpretação da Revolução de Abril em Itália.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (1/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE I

MODERADOR: Teresa Ruel – ICS-UL / DISCUSSANT: Patrícia Calca – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Análise de conteúdo etnográfico: planeamento e interacção***

Autor: **PAULA ESPÍRITO SANTO** (espsanto@iscsp.utl.pt)
Instituição: **ISCSP-UTL**

RESUMO

No plano da análise de conteúdo de tipo qualitativo saliente-se a análise de conteúdo etnográfica. A sua importância no campo da aplicabilidade na ciência política é tanto mais saliente quanto a riqueza, diversidade e natureza ampla de materiais o exigem, no plano da organização bem como da inferência simbólica. Uma das características e potencialidades distintivas da análise de conteúdo etnográfica, em relação à análise de conteúdo quantitativa, é a do posicionamento interactivo do investigador com o material de análise, tal como o salienta Altheide (1995) ao evidenciar a natureza reflexiva e interactiva do investigador, dos conceitos, da recolha de dados e da análise neste tipo de aplicação da análise de conteúdo. A aplicabilidade deste tipo de análise de conteúdo a materiais de natureza política tem tido um alcance importante, na medida em que associado à medição corrente de vastos materiais políticos existe um plano paralelo de análise que se revela pertinente e de potencialidades simbólicas singulares cujo interesse científico constitui um desafio e um olhar renovado no plano da ciência política.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (1/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE I

MODERADOR: Teresa Ruel – ICS-UL / DISCUSSANT: Patrícia Calca – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Análise de conteúdo – qual o alcance deste método na ciência política?***

Autor: **CÉLIA BELIM** (celiabelim@gmail.com)
Instituição: **ISCSP-UTL**

RESUMO

Os conteúdos são vitais na Ciência Política, observando-se tal na promoção de ideias aquando das campanhas eleitorais, na discussão de assuntos das comunidades, na transmissão de medidas governamentais, na mostra da vontade do povo. Daí que os conteúdos careçam de análise para que se possa compreender melhor a Ciência Política. Como se o pode fazer? Temos na análise de conteúdo, no seu desdobramento qualitativo e quantitativo, uma solução.

Segundo Laurence Bardin, a análise de conteúdo é "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados" (1995: 9). É uma técnica que permite desvendar o que não nos é imediatamente perceptível, e que aprofunda um sentido aparente ou possibilita a descoberta do real sentido de impressões ou aparências. É atualmente utilizada para estudar e analisar material qualitativo, buscando-se melhor compreensão de uma comunicação ou discurso, de aprofundar as suas caraterísticas gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair os aspectos mais relevantes (Barros e Lehfeld, por exemplo).

É nosso intento, com esta comunicação, mostrar em que medida este método pode ser empregado, atendendo ao objeto de estudo e optimizando os resultados finais da pesquisa. Para uma melhor operacionalização, vamos recorrer ao software de assistência MAXQDA.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (1/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE I

MODERADOR: Teresa Ruel – ICS-UL / DISCUSSANT: Patrícia Calca – ICS-UL

Título da Comunicação: ***O método comparado: métodos e técnicas – Configurational Comparative Methods (CCM)***

Autor: **TERESA RUEL** (teresaruel@gmail.com)
Instituição: **ICS-UL**

RESUMO

Sem conhecimentos metodológicos não há uma verdadeira produção científica. Sem produção científica não é possível compreender a complexidade da realidade social.

Toda a investigação social empírica envolve comparação independentemente da sua natureza. Implícita ou explicitamente comparamos o tópico ou período com o desenvolvimento das semelhanças ou contrastes em diferentes pontos, no tempo e no espaço (Ragin;1987:1). Os investigadores comparam os casos uns com os outros, no sentido de obter a base para fazer demonstrações sobre regularidades empíricas e também para avaliar e interpretar casos em relação a critérios substantivos e teóricos.

A comparação permite uma análise aprofundada da realidade social e contribui para a construção de fortes argumentos explicativos. O método comparado dá ao investigador ferramentas analíticas úteis na sistematização de informações sobre casos individuais; permite distinguir as semelhanças e diferenças entre eles e explicar o fenómeno a partir de diferentes causas na ocorrência do resultado.

Pretendemos numa âmbito desta comunicação apresentar o alcance da comparação nas ciências sociais enquanto método de análise bem como compreender e discutir os conceitos de necessidade e suficiência, através dos métodos do Configurational Comparative Methods operacionalizados através do Qualitative Comparative Analysis, aplicando o crisp-sets (csQCA); fuzzy-sets (fsQCA) e o multi-value (mvQCA).

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (1/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE I

MODERADOR: Teresa Ruel – ICS-UL / DISCUSSANT: Patrícia Calca – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Espaço social e análise de correspondências múltiplas: para uma análise topológica da realidade social***

Autor: **TIAGO CARVALHO** (tiagomlcarvalho@gmail.com)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

A Análise de Correspondências Múltiplas (ou outras similares) é uma técnica chave da análise sociológica realizada a partir de dados de cariz quantitativo. Foi Pierre Bourdieu o precursor da sua utilização no âmbito das Ciências Sociais, sendo que esta lhe permitiu operacionalizar a natureza relacional dos seus conceitos de Campo e Espaço Social. Este autor estabeleceu as bases da sua utilização ao construir pontes entre esta técnica e a sua teoria.

Esta consiste numa abordagem multidimensional a partir de múltiplas variáveis qualitativas (ou tratadas como tal), que permite definir a estrutura do fenómeno a partir da interdependência, 5 combinação e interacção de diferentes dimensões que compõem um determinado espaço social, enquanto matriz de posições socialmente definidas. Se inicialmente se define uma topologia, isto é, o conjunto de posicionamentos relativos de um dado fenómeno, estes são depois traduzidos em tipologias que permitem definir e caracterizar às diversas vertentes da realidade social. O objectivo desta comunicação passa por apresentar as principais características desta técnica, não deixando de se expor também as suas vantagens e limitações. Para elucidar a sua utilização utilizar-se-á um exemplo de pesquisa realizada em que se operacionalizou o conceito de cidadania.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO I

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***II Plano de Integração dos Imigrantes e a transversalidade de género***

Autor: **THAIS FRANÇA** (francathais@yahoo.com.br)
Instituição: **FEUC/CES-UC**

RESUMO

Portugal tem sido reconhecido mundialmente com um país com boas práticas para a integração de imigrantes. As políticas de integração para a população imigrante de Portugal foram classificadas como primeiro lugar pelo relatório "Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos" – (ONU 2011); e como segundo lugar pelo III Migration Integration Policy Index (MIPEX III-2011). Objetivo nesse artigo discutir as ações do II Plano de Integração dos Imigrantes (PII) especificamente no que diz respeito ao gênero. Desde o seu início, o PII afirma adotar um enfoque transversal de gênero. Se por um lado esse esforço é louvável, por outro ele não é concretizado nem ao longo do plano, nem na prática. As questões relativas ao gênero são tratadas em uma área específica e no restante do plano as diferenças de necessidades entre homens e mulheres não são consideradas. Transversalidade de gênero vai além de identificar as desigualdades ou isolar uma área de atuação específica para mulheres, significa reconhecer que toda ação política tem impacto diferenciado em homens e mulheres. Nesse sentido, o PII não atinge seus objetivos.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO I

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***O acesso à nacionalidade como instrumento chave da cidadania. Barreiras e gaps que ainda persistem***

Autor: **BEATRIZ PADILLA** (beatriz.padilla@iscte.pt)
ALEJANDRA ORTIZ (aleortizscaglione@gmail.com)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

As mudanças legislativas relativas ao acesso à nacionalidade portuguesa ilustram uma tendência de extensão da cidadania no geral. As última lei de nacionalidade 2/2006, nesta evolução, incorpora elementos de *ius solis* à ao tradicional *ius sanguini*, e uma rápida avaliação dos resultados da aplicação da lei, indicam um aumento consideravel na aquisição da nacionalidade portuguesa.

No entanto, a nova lei não prevê soluções para todos os casos, e uns dos grupos mais prejudicado é os dos jovens descendentes de imigrantes, muitos deles nascidos em Portugal, para quem existe um vazio legal ou uma falta de preocupação para criar uma excepção que lhes estenda um direito que devia ser adquirido. Neste sentido, alguns dos elementos que condicionam o acesso a este direito são externos: irresponsabilidade dos pais, transição para a idade adulta, etc. A comunicação pretende tipificar o leque de casos nos quais o acesso à nacionalidade portuguesa fica restringida e se existem nacionalidades de origem que tenham sido mas desfavorecidas.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO I

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***Os processos de regularização de imigrantes em Portugal: que avaliação?***

Autor: **VERA BRANCO DE SAMPAIO** (verasampaio@netcabo.pt)
Instituição: **ISCTE-IUL**

RESUMO

A presente comunicação insere-se no âmbito do estudo das Políticas Públicas. Debruça-se sobre a política pública sectorial da imigração, em particular sobre os processos de regularização de imigrantes realizados em Portugal, e parte da identificação de três problemas distintos: a existência de imigrantes em situação irregular em Portugal; a escassez de dados oficiais disponíveis relativamente à imigração irregular e à implementação dos diversos processos de regularização de imigrantes; e a inexistência de avaliações, pelos diferentes governos, desses processos de regularização.

Defendendo a avaliação como uma das fases cruciais do processo político (na medida em que permite fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para a melhoria de intervenções em curso, bem como possibilitar a prestação de contas e a responsabilização dos agentes políticos), propomo-nos: analisar o processo político conducente à tomada de decisão de criação e implementação de cada processo de regularização de imigrantes; analisar concretamente a implementação de cada um dos processos; compreender as razões justificativas da inexistência de mecanismos de acompanhamento da implementação e de avaliação desses processos; e verificar se diferentes governos implementam diferentes políticas de regularização (tentando concluir se tal política tem sido tratada como uma política de Estado ou de governo, e procurando apontar quais as consequências de cada opção). Temos presente que nos debruçamos sobre uma das componentes da política de imigração, que deve ser observada nos três eixos que a compõem e que se relacionam entre si: regulação dos fluxos migratórios, integração e imigração e desenvolvimento.

A identificação dos três problemas acima referidos, bem como a importância que atribuímos à avaliação das políticas públicas, conduzem-nos à proposta de mudança de política que pretendemos apresentar: a criação de mecanismos de acompanhamento da implementação dos processos de regularização e de avaliação da política de regularização de imigrantes em Portugal.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO I

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***"Third way" or multiculturalism without ethnicity?***

Autor: **NUNO FILIPE OLIVEIRA** (filicastrol@gmail.com)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

Recently the thesis of the two models of national incorporation of migrants and ethnic minorities has undergone some serious revision. According to this thesis, in the European space, England and France represented two contrasting models for dealing with migrants and minorities. Whilst the former was supposedly more multicultural taking ethnic minorities diversity into account in public policies, the latter was civic republican with the focus on the individual and recoiling from group representation in the public sphere. It has been argued that this distinction – between a multicultural and an assimilationist model - is no longer tenable and that both countries present more complex features than what this duality makes apparent. It might be said that such indefiniteness ensued in part from a radical critic of multiculturalism that mounted significantly after the terrorist attacks, but in a reverse movement, in the case of France, the unfaltering republican model has undergone some adjustments towards the recognition of ethnic minorities and migrants. Complexity seems to makes its way into this duality when we try to classify countries like Portugal or Spain. Neither sit well with this opposition. In the case of Portugal, public and political discourses have offered a new version for models of migrant incorporation, one that is often called a "Third Way". I seek to depict this "third way" by retelling the history of state sponsored ideology regarding ethnic and "racial" diversity from colonial times to the present. In order to do that I offer an overview of institutional building, public policies, official discourses and its ideological and symbolic underpinnings.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO I

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***A co-formulação de políticas públicas no domínio da saúde. O caso da diversidade cultural***

Autor: **LUÍS PAIS BERNARDO** (luispaisbernardo@gmail.com)
Instituição: **Humboldt-Universität zu Berlin**

RESUMO

Os fluxos migratórios, na medida em que incrementam a diversidade composicional das sociedades europeias pós-industriais, representam um desafio a modelos de governo e formulação de políticas públicas. Em resposta a esse desafio, tem sido proposta a emergência de modelos em que o processo de tomada de decisões é partilhado. A formulação de políticas públicas para a promoção e gestão da diversidade cultural passaria, portanto, a ser partilhada por representantes do Estado e membros da sociedade civil com competências e pertenças socioculturais entendidas como relevantes para o processo (representantes associativos ou membros individuais de colectivos). Os modelos de co-formulação responderiam, assim, ao desafio, enfrentado da legitimidade e integração da diversidade, e sustentariam a hipótese de uma perda extensiva das capacidades do Estado na formulação de políticas públicas.

Através de uma análise exploratória do enquadramento institucional da integração e diversidade no domínio da saúde em três países europeus (Irlanda, Noruega e Portugal), discutiremos o potencial explicativo do modelo de co-formulação. Através de uma aproximação institucionalista e qualitativa, abordaremos o problema das relações entre o Estado e a sociedade civil (na figura de representantes associativos e de interesses das comunidades migrantes) na formulação de políticas públicas no domínio da saúde.

THE ROLE OF MACAU IN CHINA'S RELATIONS WITH THE EU AND THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES

MODERADOR: Carmen Amado Mendes – FEUC, Univ. Coimbra

Título da Comunicação: ***Macau and the IR theory debate: western and chinese characteristics***

Autor: **DANIEL CARDOSO** (daniel.oliveira.cardoso@gmail.com)
Instituição: **Free University of Berlin**

RESUMO

The rise of China in the last years fostered the debate between International Relations scholars about which theories can better frame the evolution of the current world order. The debate stems from the acknowledgment of three facts: "theories are always for someone and for some purpose" (Cox, 1986); most of the work produced within the field of IR comes from North-American universities (Weaver, 2007); and the realist and neo-institutionalism assumptions are the most commonly used to approach China's rise. In general terms this means that most of the debate about China's rise develops along the idea of engagement or containment, i.e, strongly focused to US foreign policy options.

This paper suggests that social constructivism can be a better tool to approach China's rise than the mainstream theories in IR. First, it overcomes the purposiveness of the mainstream theories in International relations, by focusing on the role of ideas, norms, culture and identity to understand behaviour of actors. Second, it is able to accommodate the distinctive features of China and how it influences its interests and behaviour.

Macau and the Macau Forum will be used as a case-study to approach this theoretical debate. It will be argued that social constructivism is the better approach to understand the innovation brought by the Forum Macao. More than just to address the Macau Forum as other tool used by China to increase its power, the paper will discuss how the Forum Macau itself consolidates Macau's identity within the framework of "one country, two systems"; how it became an example of the room available for Macau, a sub-national entity, to develop external relations; and how it, as an institution, becomes a place where interests and behaviour of all the members are shaped intersubjectively.

THE ROLE OF MACAU IN CHINA'S RELATIONS WITH THE EU AND THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES I

MODERADOR: Carmen Amado Mendes – FEUC, Univ. Coimbra

Título da Comunicação: ***Macau and China-led multilateralism***

Autor: **UTA GOLZE** (uta.golze@uni-due.de)
Instituição: **Univ. of Duisburg-Essen**

RESUMO

In 2004 the influential scholar David Shambaugh noticed, that China's approach to multilateral organization has changed dramatically over the last decade. He identifies five factors, which led from "suspiciousness" in the early 1990s to "supportiveness" in the early 2001. After another decade it seems not only to have evolved to supportiveness but more towards "creativeness". As early as 2001 then President of the Peoples Republic of China Jiang Zemin declared in a speech to the Central Military Commission that China foreign diplomacy should focus on a) relations with major powers; b) regional relations; c) multilateral diplomacy (Jiang Zemin, Wenxuan, 2006) where as in the "10th Five Year Plan" (2001-2005) China pointed only to active participation in multilateral trade systems and international regional economic cooperation". Some ten years later China does not only talk about active trade and economic cooperation but also about "intensifying multilateral foreign policy and actively participate in international cooperation" (12th Five Year Plan 2011-2015). This paper will try to explore the extend and timing of multilateral initiatives lead by China from the Shanghai Cooperation Organization to the Forum on China-Africa Cooperation and more recently the BRIC-Summits and try to see in how far a China engages in rule-making and thus enters a "creativeness" stage of engagement. In a second step I will look at the special role that the China-Portuguese Speaking Countries Trade and Economic Forum occupies in China's multilateral policy worldwide.

THE ROLE OF MACAU IN CHINA'S RELATIONS WITH THE EU AND THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES I

MODERADOR: Carmen Amado Mendes – FEUC, Univ. Coimbra

Título da Comunicação: ***The identity of Macau as na external actor***

Autor: **JOSÉ SALES MARQUES** (jlsm@ieem.org.mo)
Instituição: **Instituto de Estudos Europeus de Macau**

RESUMO

Macau - the Special Administrative Region of the People's Republic of China - (MSAR) role as an international actor has been carefully crafted based on historical connections with Europe and the Portuguese Speaking world, its ability to perform intermediation between China and the West and the intercultural hybridism featured in its buildings and monuments, civil and public buildings and public spaces, the recognizable characters that made of this city-region a UNESCO world heritage.

Many commentators argue that since Macau's retrocession to China in 1999 the new administration's not only used the legacy of the former "colonial power" to promote MSAR external relations and PRC's foreign policy, particularly in regard to the Portuguese Speaking countries through the Forum for Trade and Economic Cooperation between those countries and China[Macau Forum], but it had even actively supported teaching of Portuguese language and manifestations of Portuguese culture in the former enclave. Macau's public university, University of Macau, has set up recently a center for Macaology (Macau Studies) with the purpose to further promote the knowledge of Macau's past and its contribution to Chinese culture and knowledge as well as to enrich the tapestry of Macau's own identity.

To explore the actorness of Macau SAR in international relation is a fascinating research exercise with two complementary dimensions: a) the role Macau is more or less effectively playing in the greater context of China's foreign policy; b) the process of construction of an identity for Macau in the later years of the Portuguese Administration and in the current new regime so that it could play that role.

THE ROLE OF MACAU IN CHINA'S RELATIONS WITH THE EU AND THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES I

MODERADOR: Carmen Amado Mendes – FEUC, Univ. Coimbra

Título da Comunicação: ***The Macau forum: why and how***

Autor: **JOSÉ CARLOS MATIAS** (jcmatias80@gmail.com)
Instituição: **Instituto de Estudos Europeus de Macau**

RESUMO

In 2003, China set up a new instrument in its external relations: the Forum for Economic and Commercial Cooperation between China and Portuguese Speaking Countries (Macau Forum).

The Chinese authorities decided that Macau should not only host the ministerial meetings of the Forum, but also the Permanent Secretariat. From then on, the Macanese and Chinese authorities have portrayed the MSAR as a platform for sino-lusophone cooperation. Beyond the official rhetoric, right from the beginning of this process several observers asked three basic questions: Why? Why Macau? Why at that time?

This paper explores the political and economic background of the establishment of the Forum. After the retrocession of Macau, China looked at Macau's features and the History and decided to explore the potential for developing economic relations in new areas beyond the state-to-state and big business undertakings.

The Macau Forum gives Macau another international dimension besides being the top casino city in the world and reinforces Macau's distinctiveness vis-a-vis Hong Kong and Mainland China.

Up to now, in terms of direct outcomes, the Macau Forum has been having more political than direct economic gains. In addition to a timid attitude there have been several factors hindering a greater development of the Macau Forum and of Macau as "de facto" platform.

In face of this, China has been trying to drag Macau into a deeper economic and commercial relation with the PSC. The 3rd ministerial conference held in Macau on November 18-19, took the Sino-Lusophone cooperation to new heights. Chinese Premier Wen Jiabao announced a string of measures aimed at boosting Macau's role as a platform.

THE ROLE OF MACAU IN CHINA'S RELATIONS WITH THE EU AND THE PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES I

MODERADOR: Carmen Amado Mendes – FEUC, Univ. Coimbra

Título da Comunicação: ***Macau and the geopolitics of China's relations with the Portuguese speaking countries***

Autor: **CARMEN AMADO MENDES** (carmen.mendes@fe.uc.pt)
Instituição: **FEUC-UC**

RESUMO

Macau is a reference to modern China, even though the credibility assigned to the formula "one country, two systems" is not always shared. The importance of this small territory is in its international relations. Not only in the context of Southeast Asian countries, but in the context of relations with distant countries with historical and cultural links.

It was under the framework of the gains as historical legacy of the Sino-Portuguese relations that China sought to boost Macau as a link to Portuguese-speaking countries and thus to the five continents: Portugal in Europe; Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau and Mozambique in Africa; East Timor in the Pacific and Brazil in South America. In this context, the specificity of Macau has been maximized in their geo-economic aspects. The location of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking Countries headquarters is an expression of China's actual commitment to strengthen the internationalization of that small territory using the privileged contacts between Macau and the Lusophone world.

No doubts that Macau is the hub of the dynamic activities of the Forum. It is however difficult to measure the added value of this initiative. The usefulness of the Forum for the consolidation of relations between China and Portuguese-speaking countries lies in the institutionalization and permanence of contacts, events and exchange visits that take place via Macau. These aspects are the core for mutual understanding and confidence building, resulting ultimately in a greater political influence of China in these countries and loyalty of these countries to China in the International System.

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA II

MODERADOR: Laura Ferreira Pereira – ISCSP-UTL / DISCUSSANT: Bruno Reis, Bruno Martins

Título da Comunicação: ***Estratégias e parcerias do Brasil na ordem global: o lugar da Europa***

Autor: **MIRIAM SARAIVA** (miriamsaraiva@uerj.br)
Instituição: **Univ. do Estado do Rio de Janeiro**

RESUMO

Como a diplomacia brasileira vê a ordem internacional a partir dos anos 2000? Qual lugar vem sendo ocupado pela Europa na política externa brasileira do período? Como e Europa é percebida pelos formuladores da política externa brasileira, quais as expectativas em relação ao continente e aonde há possíveis áreas de cooperação? Tomando em conta que o Brasil vem construindo tanto sua liderança na América do Sul quanto seu papel como ator global, o artigo discute as percepções e expectativas da diplomacia brasileira em relação à União Européia e seus estados-membros. Com vistas a cumprir esse objetivo, o artigo apresenta: 1. um debate entre continuidade e mudança na política externa brasileira; 2. um breve histórico do comportamento externo brasileiro frente à UE desenvolvido pelo governo de Cardoso; 3. as ideias que deram base para a formulação da política externa durante o governo de Lula da Silva; 4. uma análise das características da política externa propriamente dita implementada durante o governo de Lula; 5. a discussão do lugar da Europa no marco das estratégias e parcerias brasileiras frente à ordem internacional em transformação. Por fim, discute as expectativas e possibilidades que se abrem com o novo governo de Dilma Rousseff.

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA II

MODERADOR: Laura Ferreira Pereira – ISCSP-UTL / DISCUSSANT: Bruno Reis, Bruno Martins

Título da Comunicação: ***EU-Mexico relations 2000-2011: Is the Strategic Partnership really working?***

Autor: **VALERIA VALLE** (vmvalle@itesm.mx)
Instituição: **Tecnológico de Monterrey**

RESUMO

Mexico and the European Union (EU) signed the Economic Partnership, Political Coordination and Cooperation Agreement in 1997, which entered into force in 2000. With it, Mexico became the first Latin American country that signed an association agreement with the EU. This document includes three pillars: political dialogue, cooperation and commerce. In 2008 both parties also established a Strategic Partnership, which has an important political value. In 2010 the Mexico-EU Strategic Partnership Strategic Partnership Joint Executive Plan was signed with the aim of strengthening coordination on global issues and intensifying political, economic and cooperation relations. The objective of this article is to analyze to what extent political, economic and cooperation relations have increased from 2000 to 2011. The paper is divided into four parts. The first one analyzes what kind of strategic partner is Mexico to the EU and the EU to Mexico in relation to other partners. Part two focuses on political dialogue, emphasizing the areas that the partners have been prioritizing. Part three studies the evolution of commercial relations and Part four is devoted to EU Cooperation towards Mexico. The article concludes that the strategic partnership still has a lot of potential in terms of its implementation.

AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS DA UNIÃO EUROPEIA II

MODERADOR: Laura Ferreira Pereira – ISCSP-UTL / DISCUSSANT: Bruno Reis, Bruno Martins

Título da Comunicação: ***As relações UE-Ucrânia: entre o pragmatismo e a busca de um modelo relacional***

Autor: **FRANCISCO SILVA DE MELO** (cherman9@jhu.edu)
Instituição: **Univ. do Minho**

RESUMO

O fim da Guerra-Fria e subsequente desintegração da ameaça existente até então, constitui terreno fértil para que a União Europeia (UE) impulsionasse definitivamente o seu projecto político. Ciente dos desafios securitários que se adivinhavam com a abertura desta "caixa de pandora", em particular na sua fronteira leste, é interessante perceber como o actor UE se rearticula, reorganiza e forja novas formas de diálogo político adequadas. Neste novo cenário político-securitário, a Ucrânia emerge como actor crucial na maximização da segurança europeia, logo, também, como elemento fulcral na projecção internacional da "actorness" da UE. A importância pendular de Kiev, aqui afirmada, encontra explicação, por um lado, na dimensão e potencial populacional deste Estado, na sua localização geográfica de transição entre União Europeia e Ásia ou no arsenal nuclear e convencional que herdou da famigerada União Soviética, e, por outro, num padrão cultural e numa orientação de política externa ambivalente. Perante um país que transmite sensações tão díspares, é sumamente importante verificar como a UE "agarra" a Ucrânia e como decorre a evolução das relações entre estes actores, usando, para esse efeito, abordagens diversas, e, a espaços, contraproducentes. Será esta abordagem errática da UE propositada ou ela resulta, sobretudo, de um actor que ainda não percebeu qual o "modelo final" na relação com Kiev? Esta comunicação tem por objectivo responder a estas questões por analisar a evolução das relações entre a UE e a Ucrânia, sob égide da PESC.

NOVOS PARADIGMAS SECURITÁRIOS

MODERADOR: Manuel Canaveira – FCSH-UNL/OP

Título da Comunicação: ***Os desafios da aviação civil e a segurança internacional***

Autor: **RAQUEL DUQUE** (raquelsantosduque@gmail.com)
Instituição: **FCSH-UNL/OP**

RESUMO

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 (11/9) acentuaram o debate em torno do conceito de segurança e da premência da transformação do aparelho do Estado para se adaptar aos desafios securitários. Desde a Paz de Vestefália, a segurança foi compreendida enquanto incumbência do Estado, sendo ameaçada predominantemente pelas forças armadas de outros Estados. No século XXI, as ameaças militares subsistem a par com outras ameaças que assumem um carácter imprevisível, não-militar, não estatal, e sem uma base territorial fixa, como é o caso do terrorismo. Com o objectivo de tornar a aviação civil mais segura, a comunidade internacional tem desenvolvido diversos mecanismos para evitar a utilização deste sector como meio e alvo de actos terroristas. Por um lado, procedendo à internacionalização de regras, alargando as medidas de segurança ao maior número possível de países legitimando-as dessa mesma forma. Por outro lado, recorrendo à transferência crescente de competências legislativas e políticas para organismos europeus e internacionais. Esta comunicação propõe-se analisar a complexa rede de regulamentação anti-terrorismo na aviação civil resultante dos atentados de 11/9, fenómeno paradigmático que reposicionou na agenda política mundial o estudo do terrorismo e da segurança na aviação civil.

NOVOS PARADIGMAS SECURITÁRIOS

MODERADOR: Manuel Canaveira – FCSH-UNL/OP

Título da Comunicação: ***As crises e a (in)segurança num mundo compleco***

Autor: **LUÍS ELIAS** (lmaelias@gmail.com)
Instituição: **Polícia de Segurança Pública/OP**

RESUMO

Na sociedade contemporânea humanitária, tem-se vindo a assistir a uma reconceptualização dos conceitos de segurança. A segurança tem vindo a ser partilhada, co-produzida e "desestatizada", gerando-se a convicção generalizada de que o conceito Weberiano de monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado está em mutação, face a uma miríade de actores internacionais, nacionais e locais, privados e semi-privados que passaram também a fornecer segurança aos cidadãos e ao próprio Estado, nos níveis interno e supranacional, numa perspectiva concorrencial, complementar ou subsidiária. Apesar da 'tradição' vestfaliana de separação das dimensões interna e a externa, a segurança interna tem vindo a ser externalizada e a segurança externa a ser internalizada, de forma a fazer face a fenómenos como o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. Neste sentido, o conceito de segurança já não é matéria exclusiva da atenção dos Estados e perdeu a sua dimensão quase exclusivamente pública, nacional e militar. Abarca agora a actuação e o empenhamento de instituições públicas e privadas, da sociedade local, da sociedade civil, de organizações internacionais e das próprias redes sociais.

NOVOS PARADIGMAS SECURITÁRIOS

MODERADOR: Manuel Canaveira – FCSH-UNL/OP

Título da Comunicação: ***As Multinational Specialized Unit (MSU) nos teatros de operações em crise***

Autor: **PAULO SILVÉRIO** (silverio.paulo@gmail.com)
Instituição: **GNR/OP**

RESUMO

A não-rara complexidade das relações entre os Estados, acrescida das inúmeras ameaças transnacionais (humanas e naturais) da cena internacional, aumenta significativamente a probabilidade da eclosão de crises. Estas abrangem um espectro alargado de cenários, desde a guerra até às operações de ajuda humanitária.

O surgimento das Forças MSU na *Stabilization Force* na Bósnia (1998) e depois, na Albânia (1999), no Kosovo (1999) e no Iraque (2003) demostrou que o seu empenhamento potencia e ajusta a resposta militar às necessidades dos Teatros de Operações, do Século XXI. São constituídas por Forças de polícia de natureza militar, de escalão Regimento ou Batalhão.

As Forças MSU preenchem o denominado "*security gap*" entre o nível máximo de proficiência das Forças tipicamente militares e a posterior eficácia das polícias civis. O treino, equipamento e organização asseguram a necessária e importante interoperabilidade com as Forças Armadas.

Aquelas Forças garantem a ubiquidade da justiça e velam pelo princípio da responsabilidade internacional (*jus cogens*), na juridicidade do Direito Internacional.

NOVOS PARADIGMAS SECURITÁRIOS

MODERADOR: Manuel Canaveira – FCSH-UNL/OP

Título da Comunicação: ***Que regionalismo securitário para a África ocidental?***

Autor: **MAURINO ÉVORA – FCSH-UNL** (maurino_evor@yahoo.com)
SUZANO COSTA – FCSH-UNL/OP (suzanocosta2yahoo.com.br)

RESUMO

A CEDEAO figura-se entre as organizações intergovernamentais que se viram impelidas a reforçar a sua arquitectura securitária, após a queda do Muro de Berlim, um contexto que exigia uma profunda reformulação do conceito de segurança. Ora, o regionalismo securitário oeste-africano levanta algumas questões pertinentes, no quadro dos Estudos de Segurança: em primeiro lugar, em termos teóricos, que tipo de região é a África Ocidental? Em segundo lugar, a nível prático, partindo do pressuposto de que existe vontade política relativamente à construção da paz e segurança regionais, qual seria a melhor estratégia a perfilhar? Mau grado haver uma tendência, no quadro da elite política, a favor de uma estratégia de segurança colectiva *à la* OTAN, parece-nos que, sem prejuízo da valência da opção supracitada, uma abordagem securitária que se aproxima à da OSCE se revestiria de maior inteligibilidade, porquanto as raízes da instabilidade regional são fundamentalmente domésticas e, além disso, a escassez de recursos legitima acções descentralizadas, com especial saliência para os Estados mais frágeis. Uma concepção de segurança ancorada no estatocentrismo, como a que vigora actualmente na CEDEAO concorre, indubitavelmente, para a perpetuação da instabilidade regional.

NOVOS PARADIGMAS SECURITÁRIOS

MODERADOR: Manuel Canaveira – FCSH-UNL/OP

Título da Comunicação: ***Segurança energética da RPC: principais dilemas e estratégias***

Autor: **CARLA PATRÍCIO** (carlafer@fsch.unl.pt)
Instituição: **FCSH-UNL/OP**

RESUMO

O Verão de 2010 foi assinalado por dois acontecimentos importantes para China. O primeiro, a 10 de Julho, quando a Agência Internacional de Energia revelou que o país era o maior consumidor mundial de energia, pondo fim à liderança que os EUA vinham exercendo há mais de cem anos. O segundo, a 16 de Agosto, quando ultrapassou o Japão na sub-liderança da economia mundial.

Desde a abertura económica no final da década de 1970, a economia chinesa tem crescido a um ritmo de cerca de 10% ao ano. A expansão rápida da economia levou a um crescimento acelerado e contínuo de energia, que não foi acompanhado pela produção doméstica, aumentando a vulnerabilidade estratégicas do país a nível da dependência das importações de energia. Assegurar fornecimentos suficientes de energia a preços acessíveis e sem disrupções significantes é crucial para o crescimento económico, e para a estabilidade política e social da China.

Nesta apresentação pretendemos analisar os principais dilemas da segurança energética chinesa. Iremos iniciar com uma caracterização do panorama energético, analisando posteriormente os principais riscos e ameaças que podem afectar a segurança energética da RPC. Serão também apresentadas e analisadas as estratégias adaptadas pelos líderes chineses para diminuir a insegurança energética.

CONSTRUÇÃO EUROPEIA E ATITUDES DE PARTIDOS, ELEITOS E ELEITORES

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: ***Is party type relevant to explain policy congruence? Catch-all versus Ideological parties in the Portuguese case***

Autor: **ANA MARIA BELCHIOR – ISCTE-IUL** (ana.belchior@iscte.pt)
ANDRÉ FREIRE – CIES-IUL (andre.freire@iscte.pt)

RESUMO

In the last decades, a number of empirical studies have approached representation based on the descriptive analysis of political or ideological MP-voter congruence. Very few of these studies focused, however, on explaining why parties are more or less responsive to their voters, and the ones that did it, disregard the use of a comprehensive approach. This article aims to contribute to filling this gap by, after assessing the patterns of policy preferences among MP candidates and their voters, exploring the causality of responsiveness by testing three level models: individual, party, and system (the Downs-May, the Przeworski-Sprague and the Huber-Powell-Wessels models).

The study examines the political parties of the 27 countries of the European Union with reference to the 2009 European Parliament elections (141 parties). The findings reveal that party responsiveness is generally moderate within parties; and that individual and party level models are the ones that better explain party policy responsiveness (namely intra-party polarization and MPs' libertarian-authoritarian attitudes).

CONSTRUÇÃO EUROPEIA E ATITUDES DE PARTIDOS, ELEITOS E ELEITORES

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: ***Donos do seu próprio caminho: a estrutura partidária e o sucesso Eleitoral dos partidos de extrema-direita na europa.***

Autor: **FREDERICO PEDROSO ROCHA** (fredericoprocha@gmail.com)
Instituição: **FCSH-UNL**

RESUMO

Perante a emergência, no decorrer das últimas décadas, de novos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa, também a produção académica tem-se, nesse sentido, esforçado por conseguir compreender e sistematizar um fenómeno que é ainda tão complexo como variado. Não obstante, há ainda um longo caminho a percorrer, tanto na conceptualização destas forças políticas como na designação clara das questões que mais influem no seu sucesso ou falhanço. Pretende assim esta comunicação analisar, em particular, o contributo do processo de consolidação e institucionalização das estruturas internas destes partidos para o papel que vêm a adquirir no sistema político dos respectivos países, recorrendo a um estudo comparativo de 4 casos distintos: a Dinamarca, a Suécia, a Eslováquia e a Polónia.

CONSTRUÇÃO EUROPEIA E ATITUDES DE PARTIDOS, ELEITOS E ELEITORES

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: ***Tolerância social face a extremistas políticos na Europa: tendências e preditores***

Autor: **PEDRO CANDEIAS** (pedromecandeias@gmail.com)
Instituição: **ISCTE-IUL**

RESUMO

Desde os anos 50 do século passado que nos EUA são desenvolvidos estudos dedicados à tolerância face a grupos minoritários, inicialmente tendo como foco exclusivo a tolerância face a grupos associados à esquerda do especto político (comunistas, socialistas), posteriormente passaram a ser incluídos quer grupos associados à direita, quer minorias étnicas e grupos estigmatizados.

Com base em dados do *European Value Studies* de 2008 a presente comunicação tem como objectivos: em primeiro lugar mapear a distribuição da tolerância social face a extremistas políticos de esquerda e de direita em diversos países europeus, comparando-a com um índice geral de tolerância.

Em segundo lugar, apresentar um modelo explicativo da tolerância social para estes grupos a dois níveis, um primeiro nível com dados a nível agregado para os países, e um segundo nível com dados a nível individual (sociodemográficos; valores e orientações políticas; psicossociais).

CONSTRUÇÃO EUROPEIA E ATITUDES DE PARTIDOS, ELEITOS E ELEITORES

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: ***Elites parlamentares nacionais e instituições europeias. Atitudes dos deputados em Portugal e em Espanha numa perspectiva comparada***

Autor: **PEDRO TAVARES DE ALMEIDA** (tavaresdealmeida@fcsh.unl.pt)
JOÃO PEDRO RUIVO (ruivojp@fcsh.unl.pt)
Instituição: **FCSH-UNL**

RESUMO

Os estudos sobre as atitudes políticas dos cidadãos europeus demonstram hoje uma tendência generalizada para o declínio da confiança nas principais instituições políticas europeias. E as elites políticas nacionais, que confiança depositam nos órgãos máximos do dispositivo institucional de representação política da União Europeia (UE)? E como encaram uma maior transferência de poderes de decisão entre o nível nacional e o nível europeu?

A presente comunicação analisa as atitudes dos deputados dos parlamentos nacionais em Portugal e em Espanha perante os mecanismos de representação da UE, considerando uma dimensão avaliativa (confiança nas instituições) e uma outra prescritiva (preferências sobre o futuro institucional da UE).

Os dados analisados reportam-se às duas vagas de inquirição das elites e da opinião pública realizadas em 2007 e 2009 no âmbito do projecto europeu *IntUne – Integrated and United? A Quest for Citizenship in an 'Ever Closer Europe'* (http://www.intune.it). Os resultados em Espanha e em Portugal são comparados, por um lado, com as médias da UE e do conjunto de países da Europa do Sul, e, por outro lado, com as atitudes dos cidadãos dos respectivos países.

CONSTRUÇÃO EUROPEIA E ATITUDES DE PARTIDOS, ELEITOS E ELEITORES

MODERADOR: Ana Maria Belchior – ISCTE-IUL

Título da Comunicação: ***Abertura e transparência nas instituições europeias: análise dos regulamentos e instrumentos de acesso à informação***

Autor: **ANA LÚCIA TERRA** (anaterra@eu.ipp.pt)
Instituição: **ESEIG, Instituto Politécnico do Porto**

RESUMO

A partir da década de noventa, a União Europeia teve de fazer face a algumas crises do projecto de integração comunitária, nomeadamente aquando da ratificação do Tratado de Maastricht. Uma das respostas a esta situação foi uma atenção mais pronunciada às questões de informação dos cidadãos, em especial na vertente do acesso aos documentos. Paralelamente, foram discutidos os princípios da governança europeia, em especial no que toca às vertentes da abertura e da transparência. As instituições europeias aderiam assim a uma tendência, iniciada nos anos 1970/1980, promotora de um governo aberto susceptível de "accountability" em todos os momentos e não apenas aquando dos actos eleitorais. Esta comunicação irá apresentar e analisar a evolução do quadro legal que tem suportado a divulgação e o acesso aos documentos produzidos 2

pelas instituições europeias (Parlamento, Conselho e Comissão). Este quadro legal é cumprido graças a um conjunto de instrumentos disponíveis na Internet. Serão examinadas as possibilidades de pesquisa da informação destes instrumentos, bem como o tipo de informação que disponibilizam. Serão também avaliados os dados dos relatórios anuais publicados pelas instituições europeias sobre o acesso aos seus documentos. O papel da transparência na legitimação democrática das instituições da UE será questionado. Serão ainda enfatizadas as relações de sombra e luz entre a transparência no acesso aos documentos administrativos e as questões de marketing comunicacional de tipo político.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (2/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE II

MODERADOR: Patrícia Calca – ICS-UL / DISCUSSANT: Célia Belim – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Metodologia de Investigação no Estudo de Redes de Políticas Públicas: uma avaliação entre desenhos de pesquisa de small e large n***

Autor: **SANDRA FIRMINO** (sandra.firmino@gmail.com)
Instituição: **ISCSP-UTL**

RESUMO

Entre as tendências recentes de governação, observa-se um recurso crescente à participação de múltiplos actores no processo de políticas públicas. O Estado perde o seu papel tradicional de actor central dominante no processo de políticas públicas, passando a afirmar-se, cada vez mais, pela coordenação de diversos actores que colaboram em redes (*networks*), na feitura e implementação das políticas.

O estudo das redes em Portugal ainda é bastante incipiente e encontra-se, grandemente, por explorar. Contudo, internacionalmente, tem vindo a assumir um relevo importante por parte dos investigadores das Políticas Públicas e da Administração Pública.

Com esta comunicação, pretendemos apresentar diversas considerações relativas ao desenho de pesquisa a utilizar nas investigações sobre redes. Depois de uma referência às principais questões de pesquisa em torno da matéria, iremos discutir diversos desenhos de pesquisa que a elas se podem aplicar. Em particular, iremos reflectir sobre a dicotomia entre estudos de pequenos ou grandes números, referindo-nos às suas potencialidades para os estudos empíricos a realizar.

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (2/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE II

MODERADOR: Patrícia Calca – ICS-UL / DISCUSSANT: Célia Belim – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***O Método Experimental em Ciência Política – Aplicações e operacionalização***

Autor: **PATRÍCIA CALCA** (patriciacalca@gmail.com)
Instituição: **ICS-UL**

RESUMO

A importância de uma *metodologia de cariz experimental* tem aumentado nos últimos anos no que diz respeito às Ciências Sociais e, especificamente, à Ciência Política. Sendo cada vez mais reconhecida ao nível das publicações internacionais, com especial destaque para as norte-americanas de referência, a abordagem causal que esta perspectiva permite suporta a sua crescente relevância.

Apesar de algumas resistentes críticas a esta metodologia, parece-nos altamente significante como complemento de outras formas de análise e de produção de dados científicos. A *experimentação* pode produzir informação de teste no que diz respeito à modelização formal, à política comparada e servir de suplemento e/ou base dos tradicionais tratamentos estatísticos. Nesta senda, procuraremos comparar a *experimentação* com outras (*quasi-esperiments* e regressões) e aferir das vantagens e desvantagens das mesmas. Outro aspecto que nos parece importante de salientar é o facto de haver cada vez mais, na literatura disponível nesta *sub-área* de especialização metodológica, uma clara aproximação entre o que é a clareza e parcimónia metodológica das Ciências Exactas e as Ciências Sociais, com as devidas diferenças e constrangimentos que aspectos complexos como os humanos podem despoletar. Na nossa comunicação pretendemos mostrar como podem projectos de investigação em Ciência Política utilizar a metodologia em causa. Demonstraremos ainda como essas experiências podem ser operacionalizadas utilizando o programa informático

A POLÍTICA NO JARDIM DE AKADEMUS: CONSTRUINDO UMA CIÊNCIA (2/4)
UMA CIÊNCIA POLÍTICA DE E PARA O FUTURO: MÉTODO, METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE II

MODERADOR: Patrícia Calca – ICS-UL / DISCUSSANT: Célia Belim – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Experimentação Virtual? Os Usos dos Modelos Computacionais em ciência política***

Autor: **GUILLERMO BOSCÁN** (gboscan@usal.es)
Instituição: **Univ. de Salamanca**

RESUMO

Os modelos computacionais constituem um importante avance técnico e metodológico para o desenvolvimento de uma melhor investigação em Ciência Política. Dadas as suas características, este tipo de modelos abrem a porta ao desenvolvimento de uma nova espécie de experimentação: a experimentação virtual. Por um lado o investigador tem a possibilidade de submeter o modelo a estímulos deliberados e observar o seu comportamento. Mas, por outro lado, esse investigador só pode fazer tal intervenção sobre o modelo e não sobre a realidade que pretende estudar.

Esta nova ferramenta metodológica abarca na sua execução tanto momentos indutivos como dedutivos. Também proporciona vantagens importantes ao permitir que a construção de modelos formais caracterizados por combinar uma alta capacidade preditiva e com níveis elevados de representação, aspectos que são inversamente proporcionais em outros campos da modelização. Essa particularidade faz dos modelos computacionais uma ferramenta especialmente útil para o estudo de um certo tipo de fenómenos complexos, razão pela qual é objectivo desta exposição apresentar uma revisão sobre os usos e as limitações das simulações computacionais no campo da investigação política.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO II

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***Immigration and integration policy under President Sarkozy: The "rupture" that never became a reality***

Autor: **JOÃO CARVALHO** (j.carvalho@sheffield.ac.uk)
Instituição: **Univ. de Sheffield**

RESUMO

President Sarkozy was elected on 7 May 2007 after promising to promote a "rupture" in French immigration and integration policy. The proposed "rupture" encompassed the promotion of a selective immigration policy and the association between immigration and national identity. The article evaluates whether President Sarkozy's "rupture" materialised during his first term or was French immigration policy marked by a policy gap or a policy failure? President Sarkozy's term was marked by two u-turns from the 2007 electoral campaign and a policy gap or failure on labour inflows. Secondly, this research also explores the domestic and international constraints that might have limited President Sarkozy's voluntarism in this public policy. The domestic and international constraints help to explain the gap between the restrictive aims and subsequent policy outcomes observed over President Sarkozy's quota system in 2008, the Roma crisis in 2010 or the arrival of Tunisian immigrants in 2011.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO II

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***Participação dos migrantes internacionais ao desenvolvimento local: Experiências de implementação de políticas públicas participativas em Lisboa e Padova***

Autor: **GIULIO MATTIAZZI** (giuliomattiazzi@ces.uc.pt)
Instituição: **CES-UC**

RESUMO

Considerando como pano de fundo os processos de migração internacional e seus impactos nos modos de desenvolvimento local europeu, o paper apresenta uma análise descritiva de algumas experiências de políticas públicas municipais participativas.

Enquanto parte de uma pesquisa de doutoramento em "Democracia no Século XXI", o estudo que será apresentado é relativo à participação dos migrantes na realização de políticas públicas para o desenvolvimento local. Particularmente, a partir de experiências de democracia participativa estudadas ao nível local, o autor investiga como formas de inovação institucional estão a surgir em dois contextos metropolitanos: o distrito de Padova (Itália) e a Área Metropolitana de Lisboa (Portugal).

O objetivo do paper é o de apresentar uma reflexão teórica e algumas evidências empíricas iniciais sobre alguns reflexos da participação democrática dos migrantes na transformação do modo de desenvolvimento local.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO II

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***'Eu sou o Canadá multicultural': as negociações identitárias dos luso-descendentes e a política multicultural canadiana***

Autor: **JOÃO SARDINHA** (jmssardinha@gmail.com)
Instituição: **CEMRI, Univ. Aberta**

RESUMO

O objectivo desta comunicação é analisar as formas como os descendentes de emigrantes portugueses no Canadá contemplam e formulam as suas identidades e negoceiam a sua integração na sociedade canadiana. Através de entrevistas semi-estruturadas realizadas nas cidades de Toronto, Ottawa-Gatineau e Montreal, durante os meses de outubro e novembro de 2009, junto de 33 luso-descendentes, demonstra-se como estes indivíduos transaccionam as variáveis que os definem como portugueses, canadianos ou algo entre estes 'dois mundos'. Isto, tomando em consideração as políticas multiculturais canadianas que governam as formas como os imigrantes são inseridos na sociedade daquele país.

Recusando serem posicionados fora da confirmidade anglófona/francofófona, estes indivíduos produzem os seus próprios simbolismos e significados identitários influenciados por vários espaços (nacionais e regionais), construindo-os através dos seus próprios encontros e convivências multi-étnicas, e assim, definindo-se a si próprios como uma pessoa intrínsecamente 'multicultural' e um contribuidor para a definição da identidade canadiana e as suas políticas identitárias. Contribuindo para a definição das políticas multiculturais canadianas, esses descendentes desenvolvem, assim, modelos de cidadania cultural multi-identitária que servem para ilustrar que a identidade nacional é formada e transformada consoante as representações dos cidadãos. Assim, através da análise de narrativas, explica-se por um lado, o papel destes indivíduos que, como atores ativos, é moldado pelos mundos sociais em que se envolvem, e, por outro, como os papéis desempenhados por esses atores podem contribuir para a construção de 'uma identidade canadiana'.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO II

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***O recrutamento de médicos latino-americanos em Portugal através de acordos bilaterais: uma avaliação global e comparativa***

Autor: **ERIKA MASANET** (erika.masanet@iscte.pt)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

No contexto de crise global dos sistemas de saúde e dos profissionais da saúde, os acordos bilaterais entre países ou instituições para o recrutamento de profissionais da saúde estrangeiros são mecanismos para uma gestão mais ética e equitativa desta migração. Nesse sentido, Portugal já tem experiência em acordos bilaterais para o recrutamento de médicos em origem. A contratação de médicos uruguaios em 2008 e de médicos cubanos no ano de 2009 foram as primeiras experiências do governo português na formalização destes acordos bilaterais. Estes protocolos foram seguidos pelo recrutamento recente de médicos colombianos e costa-riquenhos em 2011.

A presente comunicação tem como objectivo apresentar uma avaliação destes procedimentos de contratação tanto em termos globais como comparativamente entre os distintos grupos de médicos envolvidos. Os elementos considerados na avaliação destes procedimentos são os seguintes: a) aspectos formais do recrutamento (processo selectivo em origem, reagrupamento familiar, procedimento de reconhecimento académico e profissional, redistribuição territorial dos médicos contratados); b) processos de integração profissional no sistema nacional de saúde português e condições de trabalho, c) aplicação efectiva destes acordos; e d) potenciais impactos do recrutamento para os médicos imigrantes e seus familiares e para os sistemas de saúde de ambos os países.

POLÍTICAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: INTERVENÇÕES DOS ESTADOS DE ORIGEM, DESTINO E TRÂNSITO II

MODERADOR: Beatriz Padilla – CIES-IUL e Joana Azevedo – CIES-IUL

Título da Comunicação: ***Políticas de regulação das migrações qualificadas: Portugal no contexto europeu e internacional***

Autor: **JOANA AZEVEDO** (joana.azevedo@iscte.pt)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

Segundo propostas teóricas actuais as migrações qualificadas não são somente resultado de meras decisões autónomas dos indivíduos mas são moldadas pela acção estratégica de uma pluralidade de actores sociais envolvidos na gestão dos fluxos. O estudo da migração e circulação dos qualificados inscreve-se no debate mais amplo sobre a globalização, o transnacionalismo, a competitividade dos mercados de trabalho, mas também sobre estratégias políticas globais.

No âmbito internacional, ao mesmo tempo que se observa a implementação de políticas de imigração restritivas, desenvolvem-se diversas iniciativas tendentes a abrir regimes de excepção para a migração de trabalhadores qualificados, adopção de políticas de abertura facilitada ao mercado de trabalho e implementação de programas de recrutamento selectivo como o *Blue Card*, o *Green Card System* ou o *Highly Skilled Migrant Programme*. Também a nível da União Europeia se tem vindo a definir como eixo prioritário de intervenção o debate e a definição de legislação e políticas comuns no âmbito das migrações. Importa conhecer a evolução dessas propostas, as implicações, designadamente na reprodução de desigualdades entre as populações migrantes.

Desta forma, debater-se-á o papel do Estado e das organizações internacionais na definição de políticas para as migrações qualificadas. De que forma se regula as migrações qualificadas em Portugal? Que políticas têm vindo a ser definidas a nível europeu? Qual o papel de organizações como a OIM, a OCDE ou o Banco Mundial neste processo? Que programas e modalidades de reconhecimento existem para os migrantes qualificados?

Com base num trabalho de investigação em curso sobre a emigrantes portugueses qualificados, procurar-se-á conhecer os principais actores que intervêm na gestão das migrações qualificadas e as principais orientações políticas adoptadas no caso português, numa perspectiva comparativa internacional.

RETORNO AOS CLÁSSICOS

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: ***Recovering the whole extension of politics: the anti-ideological and anti-relativist roots of Arendt, Strauss and Voeglin***

Autor: **GIUSEPPE BALLACI** (gballacci@gmail.com)
Instituição: **CEHUM. Univ. Minho**

RESUMO

Arendt, Strauss, and Voegelin are thinkers that from different points of view and with distinct sensibilities, share an underlying basic approach to political philosophy, which came from the classics, according to the political philosopher is nothing more and nothing less than the individual who thinks about the things happening in our common world, deeply, but without never loosing contact with them. In this paper I will argue that the great merit of this approach is its capacity to gauge two fundamental dimensions of politics: the contingency of its everyday happening and the transcendence of its foundations. In this respect, all of them share a crucial belief about the open character of the ultimate questions and the rhetorical nature of language. In this paper, I will try to assess the analogies, and the differences, among these great theorists in order to recover an approach to political philosophy not too common among contemporary theorists.

RETORNO AOS CLÁSSICOS

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: ***The trial of Socrates in readings of Xenophon and Plato: political historiography versus political philosophy***

Autor: **HENRIQUE DE MELO CARVALHO** (henrique_mm_carvalho@yahoo.com)
Instituição: **CEC-UL**

RESUMO

O julgamento de Sócrates é porventura o facto histórico que mais directamente contribuiu para o nascimento da teoria política enquanto forma de reflexão específica e autónoma. Esse impacto far-se-á exemplarmente sentir em Platão, expresso em textos como a *Apologia*, o *Críton* ou o *Fédon*, pela enunciação de teses que ganharam plena coerência em *A República*. Mas esse impacto também se fará sentir em Xenofonte, expresso em textos como a *Apologia* e *Memoráveis*, adquirindo a sua representação teórica num diálogo menor, o *Hiéron*, celebremente comentado por Leo Strauss. Propomos conduzir uma leitura paralela dos dois autores antigos tendo em vista compreender como a diferente percepção que têm do julgamento de Sócrates levará, no momento de nascimento da teoria política, à proposição de duas concepções duradouras e diferentes do próprio político, uma filosófica e outra essencialmente historiográfica.

RETORNO AOS CLÁSSICOS

MODERADOR: João Cardoso Rosas – Univ. Minho

Título da Comunicação: ***Natural reality and human progress***

Autor: **GUILLERMO FERRER**
Instituição: **Univ. Autónoma de Madrid**

RESUMO

The modern project, since Francis Bacon, has tried to emancipate humanity from the consequences of the Fall, or, in a secular way of speaking, has tried to make humanity autonomous from natural rules, which are cruel, impersonal and have no consideration to our wishes. The Scientific Revolution, the Industrial Revolution and the Welfare State, have all been consequences of this philosophy of emancipation from the laws of life. In this context, we will analyze the discourse of three thinkers who have claimed against all this process: Fernando Pessoa, Friedrich Nietzsche and Jorge Santayana.

DESAFIOS À SEGURANÇA INTERNACIONAL

MODERADOR: Ana Isabel Xavier - NICPRI

Título da Comunicação: ***A segurança humana e os caminhos da operacionalização entre os paradigmas da cultura estratégica dos estados***

Autor: **ANA ISABEL XAVIER** (xavier.anaisabel@gmail.com)
Instituição: **NICPRI**

RESUMO

Desde meados do século XX que os estudos de segurança, do ponto de vista académico, e da praxis dos Estados, revelaram a necessária interdependência entre a segurança Estatal e dos indivíduos/comunidades para uma resposta eficaz a desafios e ameaças.

Neste sentido, a Segurança Humana foi avançada pelas Nações Unidas e adoptada por diferentes Estados nas respectivas políticas externas e de segurança, pressupondo a emancipação dos indivíduos em relação a todas as formas de medo e de necessidade. No âmbito da União Europeia, o conceito não se encontra expresso em nenhum documento oficial subscrito pelos Estados, nem em sede de Tratado, embora se repercuta em muitos discursos oficiais, bem como na política externa e de segurança e na acção humanitária da referida Organização Internacional.

A apresentação pretende reflectir sobre os exemplos da União Europeia e de Estados como o Japão e Canadá e reflectir sobre as potencialidades de operacionalização do conceito por Portugal, na implementação da sua política externa e de segurança.

DESAFIOS À SEGURANÇA INTERNACIONAL

MODERADOR: Ana Isabel Xavier - NICPRI

Título da Comunicação: ***Política de segurança na União Europeia***

Autor: **ROSA RICOY CASAS** (rricoy@uvigo.es)
Instituição: **Univ. Vgo/UNED**

RESUMO

Um efeito da globalização tem sido a dificuldade de reconhecer o que é o campo próprio específico do "internacional", e iso muda as políticas e os limites clássicos de estados. A fim de combater o terrorismo a nível nacional e internacional, a União Europeia tem desenvolvido numerosas políticas, e alguns deles tenha feito o corte de certos direitos dos cidadãos e de privacidade (passaportes biométricos, luta antiterrorista, banco de dados pessoais , Echelon, Carnivore). Além disso, estas políticas nao estão sujeitas ao controle por organismos internacionais, falta uma regulamentação bastante completa e transparente, e muitos deles expressaram impacto significativo no domínio da saúde. Neste trabalho é analisar estas medidas, e se esta "sociedade de risco", muitas vezes fabricada, é justificada, abrindo o dilema clássico da liberdade versus segurança.

DESAFIOS À SEGURANÇA INTERNACIONAL

MODERADOR: Ana Isabel Xavier - NICPRI

Título da Comunicação: ***O impacto das dinâmicas migratórias do norte de África para a segurança europeia: o caso da Península Ibérica***

Autor: **TERESA RODRIGUES – FCSH-UNL** (trodrigues@fcsh.unl.pt)
SUSANA FERREIRA - IPRI/FCSH-UNL (srsferreira@gmail.com)

RESUMO

Desejamos aferir as principais consequências que as recentes dinâmicas migratórias verificadas a partir do Norte de África poderão assumir para a segurança europeia, em particular para os Estados Ibéricos. Na Europa do Sul a imigração vista como ameaça resulta do sentimento de insegurança em relação às vagas migratórias daí oriundas, particularmente do Magrebe. O rápido crescimento demográfico destes países, o seu lento desenvolvimento económico e as elevadas taxas de desemprego, aliados à instabilidade política, fazem do Mediterrâneo uma preocupação para a segurança da Europa, e, de modo especial, para a PI. As crescentes disparidades económicas e demográficas entre Norte e Sul resultam numa grande pressão migratória entre as duas margens, que levanta problemas étnicos, culturais e questiona a capacidade de resposta do mercado de trabalho europeu. A instabilidade e os conflitos afectam a segurança da Europa mas não podem ser considerados ameaças. Iremos: identificar o impacto das alterações políticas do Norte de África nos instrumentos da Parceria Euro-Mediterânica, em particular em matéria migratória; delinear a geografia do fenómeno e construir uma escala de probabilidade/risco regional numa óptica prospectiva para regiões tipo previamente identificadas, que permita sugerir um modelo «preventivo» de actuação por parte dos actores responsáveis pela segurança.

DESAFIOS À SEGURANÇA INTERNACIONAL

MODERADOR: Ana Isabel Xavier - NICPRI

Título da Comunicação: ***Politica Externa de Segurança Comum: o posicionamento dos Ex e dos actuais Eurodeputados portugueses***

Autor: **TÂNIA NEVES FARIA** (tania.margarida@ua.pt)
Instituição: **Univ. Aveiro**

RESUMO

Como se iniciou o processo de integração europeia? Em que consiste a política externa europeia? A estas questões muitos investigadores deram um valioso contributo para se perceber mais sobre a história da União Europeia e sobre o funcionamento das instituições. Em consequência dessa extensa investigação a literatura indica várias teorias que tentam explicar o processo de integração Europeia. Uns autores adoptam uma perspectiva mais crítica, outros, uma postura mais realista. Perante estas duas perspectivas divergentes aplicadas ao desenvolvimento e funcionamento da política externa europeia e não abdicando das próprias teorias de integração, o estudo pretende averiguar a posição dos eurodeputados e ex-eurodeputados portugueses dos vários grupos parlamentares tentando perceber se em determinados acontecimentos e intervenções da União Europeia no âmbito da sua politica externa de segurança comum eles mostraram uma postura mais crítica ou mais realista.

RELIGIÃO E PARTIDOS POLÍTICOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

MODERADOR: João Condinho Vargas – GOVCOPP, Univ. Aveiro

Título da Comunicação: ***Micro-mecanismos de activação e desactivação da clivagem religiosa em Portugal***

Autor: **JOÃO CONDINHO VARGAS** (joaovargas@ua.pt)
Instituição: **GOVCOPP, Univ. Aveiro**

RESUMO

This paper aims to explain how and why religious cleavage has been activated by political parties. The Portuguese democratization process affected the ability of political parties to influence the structure of political behavior and the primacy of the "regime question" impelled political leaders to moderate religious polarization. The political leaders deactivated religious issues when the party system was created, but when party leaders perceive electoral advantages, religious issues tend to be politicized. In 1998 and 2007, the abortion liberalization laws triggered the religious cleavage, impacting on the religious vote in elections and reversing partially the deactivation pattern that characterize the consolidation period. This paper will recreate party strategies toward religious issues, like abortion and same-sex marriage, and try to understand if political parties really had motives to politicize abortion or gay marriage, perceiving electoral gains of that activation; merely, reflect an ideological positions; or if they are exploring new political terrains, reaching to a "demand side" not corresponded. A process-tracing approach will be followed and data from political parties analyzed (manifestos, official declarations, minutes of comittee meetings and proposals to party conferences), as well as interviews to political and ecclesiastic leaders.

RELIGIÃO E PARTIDOS POLÍTICOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

MODERADOR: João Condinho Vargas – GOVCOPP, Univ. Aveiro

Título da Comunicação: ***Two steps forward, one step back? Religious Change and democratisation in Portugal***

Autor: **CARLOS JALALI** (cjalali@ua.pt)
Instituição: **GOVCOPP, Univ. Aveiro**

RESUMO

This paper examines the process of secularisation in Portugal, an interesting case in the European context. Portugal presents comparatively high levels of religious vitality, be it in terms of belonging, believing or behaving, to use the traditional triptych division of religiosity. Indeed, When compared to other continental Catholicisms, Portugal is second only to Poland in terms of share of the population that describes itself as being Catholic (Menendez, 2007: 759). Overall, the Portuguese case confirms the open-ended nature of the secularization process and how this is reshaped periodically. Moreover, it amply reaffirms the different configurations in terms of modes of secularisation that can occur. Indeed, (de jure) disestablishment has been a long-enduring feature of the Portuguese case, without extinguishing the continued role and influence of religion. At the same time, this did not hinder the Church's rapid adaptation to democracy in Portugal (and vice-versa) – reflected not only in the Church's role the democratic transition, but also in the acceptance of the twin tolerations in the new democratic regime.

RELIGIÃO E PARTIDOS POLÍTICOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

MODERADOR: João Condinho Vargas – GOVCOPP, Univ. Aveiro

Título da Comunicação: ***The Catholic Church in the democratic transitions of Poland and Spain***

Autor: **MADALENA MEYER RESENDE** (m.meyer.resende@gmail.com)
Instituição: **IPRI-UNL**

RESUMO

This paper tries to explain the Church's different involvement in the democratic transitions in Spain and Poland by referring to the historical trajectories of Catholic Church in the two countries. The two hierarchies found themselves in diametrically opposed positions: in Poland the communist regime (1945-1989) tried to suppress the Church, and barely tolerated it as a spiritual force. In Spain the Franco regime (1939-1975) was build on a coalition of Church and State where National Catholicism was the dominant ideology. Before and during the democratic transitions the Spanish Church was a *status quo* institution, while the Polish church a "frontline warrior". In Poland, the Church's political involvement during the transition made it first a supporter of National Catholic political groups such as the Christian National Union (ZChN). In contrast, the Spanish Catholic hierarchy under Cardinal Tarancon, decided to disengage from politics, and maintain equal contacts with all political forces rather than supporting a particular political sector. Crucially, National Catholics – in Poland within the Solidarity movement, in Spain among the ex-Franco elite - were important actors during the transitions. Their presence among the centre-right groups – and their unwillingness to make compromises on key political issues such as European integration and devolution of powers to the regions - became a roadblock in the building of a unified centre-right party.

RELIGIÃO E PARTIDOS POLÍTICOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

MODERADOR: João Condinho Vargas – GOVCOPP, Univ. Aveiro

Título da Comunicação: ***O conservadorismo católico no discurso do PP espanhol: 2004-2008***

Autor: **FILIPE VASCONCELOS ROMÃO** (vasconcelosromao@gmail.com)
Instituição: **CES**

RESUMO

A derrota nas eleições legislativas espanholas de 2004, na sequência dos atentados de 11 de Março, retirou, inesperadamente, o poder ao Partido Popular (PP). É a partir da oposição que esta força irá fazer frente às reformas políticas e sociais de tendência progressista protagonizadas pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) de José Luís Rodríguez Zapatero. Neste contexto, aprofunda o seu discurso de direita (que só recua a partir da crise económica e financeira que tem início em 2008) e leva a cabo uma política de alianças com sectores e instituições conservadoras da sociedade espanhola. Assim, surge ao lado de movimentos neo-franquistas no combate à política territorial dos socialistas, e ao lado da Conferência Episcopal, na oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e às alterações ao regime de penalização da interrupção voluntária da gravidez. Neste artigo, defendemos que esta mudança se traduziu numa radicalização da política espanhola e num aumento da crispação, o que teve como consequência a ruptura de alguns consensos que datavam da instituição do regime democrático pós-franquista.

RELIGIÃO E PARTIDOS POLÍTICOS EM PERSPECTIVA COMPARADA

MODERADOR: João Condinho Vargas – GOVCOPP, Univ. Aveiro

Título da Comunicação: ***"Partido católico" e "democracia cristã": paradigmas ou limites da intervenção política católica na transição do século XIX para o XX***

Autor: **ANTÓNIO MATOS FERREIRA** (matos.ferreira@netcabo.pt)
Instituição: **CEHR-UCP**

RESUMO

A liberalização política das sociedades, particularmente hegemonizadas pelo catolicismo romano, colocou distintos paradigmas da intervenção organizada dos católicos – eclesiásticos e cristãos comuns – na actividade política, isto é, na disputa e no exercício do poder político: legislativo e governamental. Mas, este desiderato de organização partidária incorreu em distintas concepções onde, entre outros aspectos, se colocaram duas questões: a latitude do entendimento da noção de democracia e os contornos da colaboração com outras forças e ideologias.

Se houve pragmatismo em muitas circunstâncias, outras houve – e não menores – onde prevaleceu a intransigência identitária da qual resultaram determinados afrontamentos externos mas também internos ao terreno católico. Assim, não se pode falar de uma só variante de partido católico ou confessional, nomeadamente porque este tipo de organização disputava interesses e influência em domínios onde se colocava a questão da liberdade do crente e a da autoridade eclesiástica.

Sem reduzir cada um dos contextos específicos a mimetismos que tornariam uniforme a questão do «partido católico», encontram-se traços comuns ao mesmo tempo que profundas diferenças, nomeadamente em torno do entendimento da noção de democracia e da natureza do «voto católico».

TEORIA DO ESTADO I

MODERADOR: José Luís Moura Jacinto – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Entre duas soberanias: a Grécia e a crise na União Europeia***

Autor: **AMANDA DALTRA CARVALHO** (amanda.sanches2@gmail.com)
LAURA BASTOS (laurabastos4@gmail.com)
Instituição: **CES-UC**

RESUMO

A atual crise financeira vivenciada pela União Européia evidencia questões problemáticas concernente ao conceito político e jurídico de soberania. O presente artigo volta-se para a análise da relação que se estabelece entre os dois tipos de soberanias envolvidas no cenário político europeu, quais sejam: nacional e internacional. Defende-se que a soberania estatal desencadeia a produção de resultados que não necessariamente convergem com os efeitos da soberania que se configura ao nível comunitário. A conseqüência deste arranjo pode converte-se em conflito decorrentes dos dois tipos de soberania, despoletando, desta forma, crises como a que hoje assistimos. Nesse sentido, observa-se a necessidade de distanciarmo-nos da análise da atual crise, como resultado do sistema econômico e estrutura institucional, e voltarmo-nos para a avaliação das dinâmicas políticas presentes no processo de integração entre as duas esferas. Para isso, utilizar-se-á a Grécia como estudo de caso.

TEORIA DO ESTADO I

MODERADOR: José Luís Moura Jacinto – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Representação, teoria do Estado e democracia: contributos Weimerianos para o pensamento contemporâneo***

Autor: **PEDRO TERESO DE MAGALHÃES** (pedro.tereso.magalhaes@gmail.com)
Instituição: **FCSH-UNL**

RESUMO

O trabalho que nos propomos apresentar pretende recuperar a reflexão em torno de um conceito que a teoria política tem votado ao esquecimento: a representação.

Exporemos, primeiramente, as duas principais modalidades desse esquecimento: as visões instrumentais da democracia, de inspiração schumpeteriana, assentes em modelos de agregação de interesses; e as concepções de democracia deliberativa, de índole eminentemente ética, formuladas por Rawls, Habermas e seus discípulos.

Posteriormente, contrastaremos essa dupla ausência do tema representação com a leitura de um *corpus* teórico que, por alturas da crise da República de Weimar, reflectiu sobre a representação no quadro de uma teoria geral do Estado. Através da análise dos contributos de Carl Schmitt, Hans Kelsen e Gerhard Leibholz, procuraremos sublinhar a natureza incontornável do problema da representação e a necessidade de não dissociar a teoria da democracia de uma reflexão mais vasta sobre os fundamentos do poder político.

TEORIA DO ESTADO I

MODERADOR: José Luís Moura Jacinto – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Democracia, extrema-direita e subversão: possibilidade ou ilusão?***

Autor: **RAQUEL LACERDA** (raqueltflacerda@gmail.com)
Instituição: **ISCSP-UTL**

RESUMO

Em todo o mundo, aqueles que defendem a democracia como regime político, têm-na como intocável, na medida em que consideram irrealizável que um novo regime, alternativo e de valores divergentes, possa substituí-la. Contudo, temos vindo a assistir a uma paciente ascensão de partidos e movimentos opostos aos valores democráticos, nomeadamente os da extrema-direita, que por toda a Europa têm feito ouvir a sua voz. Não são propriamente a sua força e visibilidade que podem pôr em causa a democracia, mas sim o facto estar a renascer num contexto que lhe é favorável. «O jogo de oportunidades» que favorece a extrema-direita no actual contexto político-social vai muito além dos factores com que o têm justificado, como a crise económica, o desemprego, a imigração e ainda outros relacionados com a necessidade de preencher o vazio ideológico e com uma crescente nostalgia. Não os colocando de parte, a verdade é que a fragilidade da Democracia reside não tanto nos seus detractores, mas sim na sua própria essência. Subverter um Estado Democrático será, aparentemente, uma tarefa mais fácil, se considerarmos que a Democracia é simultaneamente alvo e meio de subversão.

TEORIA DO ESTADO I

MODERADOR: José Luís Moura Jacinto – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Diz que é uma espécie de contrato social – uma leitura pós-moderna do contratualismo***

Autor: **PATRÍCIA FERNANDES** (patricia_fernandes_slb@hotmail.com)
Instituição: **CEHUM, Univ. Minho**

RESUMO

A ideia de que a sociedade política assenta num contrato social (independentemente do seu tipo) está profundamente divulgada nos meios políticos e intelectuais, com referências, sobretudo, a Locke, Rousseau e, mais contemporaneamente, a Rawls. O propósito desta comunicação é o de evidenciar as inconsistências do contratualismo e as razões pelas quais, como construção teórica, se mostra incapaz de cumprir o papel de legitimação de poder que lhe cumpre desempenhar. A partir de uma leitura pós-moderna ou neopragmatista, recuar-se-á até ao surgimento do contratualismo como resultado de uma concepção individualista da sociedade, que permitiu, por sua vez, uma construção filosófica essencialista dos direitos humanos e do jusnaturalismo. Foi esta a fundamentação teórica do liberalismo, que se opôs ao Estado absoluto e procurou traçar os limites dos poderes e funções do Estado. Hoje, com as sucessivas alterações na realidade sociopolítica, como o esbatimento do Estado-nação resultante da perda de soberania face às organizações de internacionais de integração, da multiculturalidade e do desaparecimento das fronteiras que traçavam um limite interno e externo, caberá perguntar qual o papel do contrato social na legitimação do poder político. Face à atual crise democrática, fará sentido recorrer ainda a este instrumento?

DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO: ATITUDES, PROCESSOS E CONTROLO

MODERADOR: Luís de Sousa – ICS-UL e Marcelo Moriconi – CIES-IUL/ISCTE

Título da Comunicação: ***Homines novi, transparência e democracia. Registos de interesses dos deputados portugueses: uma perspectiva longitudinal (1995-2010)***

Autor: **THIERRY DIAS COELHO** (thierry.coelho@fcsh.unl.pt)
Instituição: **CESNOVA/IPRI, FCSH-UNL**

RESUMO

Diversos estudos sobre a corrupção têm sublinhado uma mutação no perfil das elites políticas democráticas, por via do aparecimento de um novo tipo de actores: os «políticos de negócios» (PORTA&VANNUCCI 1999:85; DE SOUSA 2011:27). Numa retórica emprestada a Max Weber, é possível afirmar que estes agentes vivem não só «da e para a política» (WEBER 1959:137-151), como também «da e para a corrupção» (HUBERTS 2010:147-148; RUBINSTEIN 2010:35), um traço assaz revelador do importante «negócio» no qual se tornou o poder (PORTA&VANNUCCI 1999:54-61). A perspectiva económica (e/ou de lucro pessoal) sobre a corrupção não é aliás recente (NYE 1967:416; SCOTT 1972:3-5; ROSE-ACKERMAN 2002:27-48), sendo que, quanto mais difundidos forem os interesses dos eleitos, mais reduzidas tenderão a ser as oportunidades de mercantilização do poder. Em Portugal, a «transparência» da classe política é regulada por lei desde 1993, embora esta não se aplique a todos nos mesmos moldes. A presente comunicação visa apresentar os resultados de um estudo empírico sobre os «registos de interesses» dos deputados portugueses, no período que medeia entre 1995 e 2010. A fim de caracterizar estes «interesses» foi aplicada uma metodologia tripartida: exame de fontes primárias, prosopografia, e *social network analysis* (método dos *affiliation networks*). Argumentamos que, à semelhança de outros países, também em Portugal é visível a figura do «político de negócios». Neste sentido, observámos conflitos de interesses expressivos, naquilo que pode ser visto como uma clara colusão entre as esferas pública e privada. Como caracterizar os interesses declarados? Como se posicionam os deputados face às suas obrigações? Como tem evoluído a legislação? Que conclusões podemos retirar acerca da transparência das elites parlamentares? Em que medida podemos falar efectivamente em «transparência»?

DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO: ATITUDES, PROCESSOS E CONTROLO

MODERADOR: Luís de Sousa – ICS-UL e Marcelo Moriconi – CIES-IUL/ISCTE

Título da Comunicação: ***Indicadores compósitos relacionados com governação: os contributos mais representativos***

Autor: **SANDRINA MOREIRA** (sandrina.moreira@esce.ips.pt)
Instituição: **ESCE, Instituto Politécnico de Setúbal**

RESUMO

A governação é um fenómeno complexo, multidimensional e que não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora. A sua quantificação requer o recurso a indicadores que consigam captar as suas componentes mais relevantes. Os indicadores compósitos têm sido uma forma privilegiada de medição de aspectos fundamentais da governação que possuem uma natureza inerentemente multidimensional. Neste artigo seleccionamos quatro áreas específicas da governação entendida no seu sentido mais lato -democracia, corrupção, direitos humanos e liberdade económica – tendo em vista a avaliação da utilização de indicadores compósitos na medição de cada um dos conceitos referidos. As iniciativas de medição agregada discutidas em maior detalhe são as seguintes: 1) os índices da Freedom House; 2) o índice Polity; 3) o Corruption Perception Index (CPI) da Trasparency International; 4) o Control Corruption Index (CCI) do Banco Mundial; 5) os índices de Cingranelli e Richards (CIRI); 6) o Political Terror Scale (PTS); 7) os índices de liberdade económica do Fraser Institute e da Heritage Foundation.

DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO: ATITUDES, PROCESSOS E CONTROLO

MODERADOR: Luís de Sousa – ICS-UL e Marcelo Moriconi – CIES-IUL/ISCTE

Título da Comunicação: ***A transparência em português: corrupção e pobreza na África lusófona***

Autor: **JOSÉ LÚCIO** (jmrl@fcsh.unl.pt)
ANTÓNIO LUÍS DIAS
Instituição: **FCSH-UNL**

RESUMO

Esta comunicação visa discutir a relação entre a corrupção e a pobreza na África lusófona. Como se comportam estes indicadores nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)? Será que existe uma especificidade nos casos em apreço? Não obstante a abundância de estudos que apontam para uma relação biunívoca entre as duas variáveis, parece-nos apropriado recorrer ao método comparativo para aprofundar a questão. Argumentamos que os processos de descolonização e de independência, associados à herança colonial (cultural e institucional), desempenham um papel determinante na explicação da corrupção e da pobreza.

Deste modo, a presente investigação irá, por via da confrontação de países da África lusófona, francófona e anglófona, testar um conjunto de hipóteses: evolução dos respectivos percursos de descolonização; peso dos legados coloniais; dinâmicas das relações político-económicas com as ex-metrópoles; papel da ajuda ao desenvolvimento; estrutura e rede urbana; recursos naturais; particularidades das elites; fragmentação étnica e da sociedade civil. É nosso intuito explorar o impacto destas variáveis na relação entre transparência e pobreza, almejando assim uma melhor compreensão da relação entre estes dois fenómenos.

DEMOCRACIA E CORRUPÇÃO: ATITUDES, PROCESSOS E CONTROLO

MODERADOR: Luís de Sousa – ICS-UL e Marcelo Moriconi – CIES-IUL/ISCTE

Título da Comunicação: ***Configurações do crime de corrupção na administração local em Portugal, 2004-2008: actores, objectivos, recursos, contextos e processos de troca***

Autor: **INÊS LIMA** (simoes.lima@gmail.com)
Instituição: **ICS-UL**

RESUMO

Finalista de Mestrado em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com a dissertação intitulada *"Corrupção na Administração Local em Portugal"*. Fez a Pós-graduação em Análise de Dados em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa onde concluiu em 2006 a Licenciatura em Sociologia e Planeamento. Actualmente é assistente de investigação no Instituto de História Contemporânea. Desde 2008 que trabalha com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. O projecto mais recente no qual esteve envolvida foi o *"Estudo da Corrupção em Portugal - A Realidade Judiciária - Um enfoque sociológico"*, desenvolvido através da parceira PGR/DCIAP.

Um estudo recente sobre a corrupção participada e criminalidade conexa em Portugal mostrou, no que toca aos Ministérios e Serviços com maior número de arguidos, que a Administração Local é o principal foco de corrupção participada entre os anos 2004-2008. O objectivo desta comunicação é analisar a interdependência entre os múltiplos indicadores de caracterização sociológica dos agentes corruptos e dos processos-crime instaurados e averiguar que configurações são definidas no contexto da governação local.

NOVOS ACTORES POLÍTICOS E ALTERNATIVAS À POLÍTICA MAINSTREAM: O CASO PORTUGUÊS

MODERADOR: Marco Lisi – FCSH-UNL e Riccardo Marchi – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Um regresso à sociedade civil? A evolução da esquerda radical na Europa do sul***

Autor: **MARCO LISI** (marcolisi@fcsh.unl.pt)
MYRTO TSAKATIKA (myrto.tsakatika@glasgow.ac.uk)
Instituição: **Univ. de Glasgow**

RESUMO

A literatura tem enfatizado uma crescente tendência dos partidos para a utilização dos recursos do Estado, distanciando-se progressivamente da sociedade civil e perdendo a sua capacidade de mobilização. A possibilidade que os partidos possam agir estrategicamente para encontrar canais alternativos de influência e apoio através de um maior envolvimento cívico ou da aliança com organizações da sociedade tem sido largamente negligenciada. A partir do fim da guerra fria, os partidos da esquerda radical tiveram que responder a enormes desafios estratégicos, organizativos e ideológicos. A maioria destas forças partidárias parecem ter tentado reforçar a sua ligação com a sociedade civil, levando à adopção de modelos alternativos de organização e de novas orientações programáticas. Esta estratégia resulta particularmente relevante no contexto de crise económica e financeira atravessada pelos países da Europa do Sul na última década. Este estudo irá analisar o tipo de relações que os partidos de esquerda estabeleceram com a sociedade civil (sindicatos, movimentos, etc.), focando sobre o caso português em perspectiva comparada. Iremos também discutir quais as consequências desta estratégia em termos das mudanças organizativas e ideológicas e o seu impacto no desempenho a nível eleitoral.

NOVOS ACTORES POLÍTICOS E ALTERNATIVAS À POLÍTICA MAINSTREAM: O CASO PORTUGUÊS

MODERADOR: Marco Lisi – FCSH-UNL e Riccardo Marchi – ICS-UL

DISCUSSANT: José Pedro Zúquete – ICS-UL

Título da Comunicação: ***O desafio da extrema-direita à democracia portuguesa, na transição e no novo milénio***

Autor: **RICCARDO MARCHI** (riccardo.marchi@ics.ul.pt)
Instituição: **ICS-UL**

RESUMO

Ao longo das quase quatro décadas de Democracia portuguesa, a extrema-direita apresentou-se sempre como força anti-sistema face ao projecto de "Portugal de Abril" e manteve uma presença constante - algo negligenciada pela literatura científica - caracterizada por uma pluralidade de formas organizativas, uma descontinuidade de intensidade de acção e uma mutabilidade em termos de identidade ideológica e oferta programática. Em particular, esta presença anti-sistémica manifestou-se em forma de partido com participação nas competições eleitorais apenas em dois momentos históricos: na tarda transição (1976-1980) através de coligações e desde o ano de 2000 com um partido autónomo. O paper apresentará a estratégia eleitoral e a proposta programática deste actor político anti-sistema, comparando-o, numa perspectiva sincrónica, com os demais actores *mainstream* e, numa perspectiva diacrónica, entre as suas manifestações partidárias. O intuito é analisar as relações entre extrema-direita e direita *mainstream* nos dois períodos considerados, comparar as variáveis e as constantes nas estratégias das duas experiências partidárias e evidenciar os factores que determinaram o fracasso do desafio anti-sistémico de extrema-direita no Portugal democrático.

NOVOS ACTORES POLÍTICOS E ALTERNATIVAS À POLÍTICA MAINSTREAM: O CASO PORTUGUÊS

MODERADOR: Marco Lisi – FCSH-UNL e Riccardo Marchi – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Os Movimentos alterglobalização e a esquerda política portuguesa: autonomia ou dependência?***

Autor: **CRISTINA NUNES** (cristina.oliveira.nunes@gmail.com)
Instituição: **CIES-IUL**

RESUMO

Na sociedade portuguesa, a construção dos protestos alterglobalização, que se opõem ao chamado modelo de globalização neoliberal e se pretendem inscrever numa lógica de acção colectiva apartidária, pautou-se pela participação activa dos partidos políticos de esquerda, nomeadamente do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda. Tendo como ponto de partida um conjunto de iniciativas realizadas sob a insígnia alterglobalização – como a manifestação global pela paz (2003), o primeiro e o segundo fórum social português (2003/2006) e o protesto contra cimeira da NATO (2010) –, o nosso objectivo é reflectir sobre as relações entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, tentando cruzar a discussão em torno dos processos de abertura e/ou fechamento da *estrutura de oportunidade política* (Tarrow, 2005) a novas formas de acção colectiva com a análise sobre a permeabilidade dos movimentos sociais portugueses à acção político-partidária. Será que as formas de acção colectiva, auto-definidas como alternativas ao espaço político institucional, surgirão, desde o início, na sociedade portuguesa, com fortes ligações aos partidos? Ou estará a *estrutura de oportunidade política* pouco favorável ao aparecimento de novos actores colectivos?

NOVOS ACTORES POLÍTICOS E ALTERNATIVAS À POLÍTICA MAINSTREAM: O CASO PORTUGUÊS

MODERADOR: Marco Lisi – FCSH-UNL e Riccardo Marchi – ICS-UL

Título da Comunicação: ***Partidos verdes portugueses: uma análise ao ecossistema***

Autor: **LUÍS HUMBERTO TEIXEIRA** (lhpfteixeira@gmail.com)
Instituição: **ICS-UL**

RESUMO

Não obstante estarem representados na Assembleia da República há mais de um quarto de século, os partidos verdes portugueses têm sido alvo de pouca atenção por parte da literatura científica. O paper abordará as origens, dinâmicas e estratégias eleitorais de cinco forças partidárias que assumiram o ideário verde: o Partido Popular Monárquico (PPM), o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), o Partido da Terra (MPT), o Movimento Democrático Português (MDP) e o recente Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN). A análise terá em conta a estrutura de oportunidade política que levou ao seu surgimento e/ou à adopção das ideias ecologistas, bem como os factores endógenos (coesão interna, organização, estratégia) e exógenos (requisitos oficiais para a legalização, sistema eleitoral, financiamento público) que condicionaram a sua acção. Para melhor ilustrar estes últimos factores, serão igualmente referidos três projectos partidários que não ultrapassaram o limiar da autorização: a Frente de Libertação e Federação dos Povos (FLFP), o Partido Ecologista (PE) e o Movimento Autónomo Ecologista (MAE).

FINANCIAMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Teresa Ruel – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***A institucionalização dos serviços de inteligência em Portugal e Brasil: contrastes e desafios***

Autor: **CARLOS ARTURI – Univ. Fed. Do Rio Grande do Sul** (carlos.arturi@ufrgs.br)
JÚLIO RODRIGUEZ – UL (juliocossio@gmail.com)

RESUMO

O trabalho analisará, sob uma perspectiva comparada, a institucionalização dos serviços de inteligência de Portugal e do Brasil, a partir de seus processos de redemocratização, na década de 1970, até a atualidade. A comparação permitirá melhor qualificar algumas hipóteses relativas à institucionalização dos serviços de inteligência, com legitimidade e sob controle democrático, e saber em que medida os atuais regimes democráticos de Portugal e do Brasil conseguiram equacionar o dilema entre a exigência de sigilo das organizações de inteligência e a manutenção das liberdades civis. O objetivo central do artigo é, portanto, o de comparar os arranjos institucionais dos serviços de inteligência e de segurança interna dos dois países, que salientará suas convergências e divergências, sobretudo no que concerne a *accountability* destas organizações, essencial para a consolidação da democracia.

FINANCIAMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA

MODERADOR: Teresa Ruel – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Reforming party finance in Spain***

Autor: **ENRIQUE GARCIA-VIÑUELA**
CARMEN DE AGUILAR
Instituição: **Univ. Complutense de Madrid**

RESUMO

This paper analyzes the law on party funding passed by the Spanish parliament in 2007. The new law extends public subsidies to pay for the routine running of parties, bans anonymous donations and reinforces public control over party accounts. The thesis of this paper is that the stated aims of the reform- to generate sufficient resources in order to avoid parties' malpractices and to improve transparency in the accounting of their financial activities– are unlikely to be achieved due to the loopholes in the regulation of political donations and the reporting requirements inserted in the law by the parties themselves.

QUESTÕES DE JUSTIÇA

MODERADOR: Flávia Biroli – Univ. de Brasília

Título da Comunicação: ***Teorias da justiça e representação política***

Autor: **LUÍS FILIPE MIGUEL** (lfelipemiguel@uol.com.br)
Instituição: **Univ. de Brasília**

RESUMO

Qual a relação entre a justiça e a representação política? Em seu livro mais recente, a teórica estadunidense Nancy Fraser faz da representação uma das dimensões da justiça. Recusando tal passo, que promove uma fusão injustificada entre democracia e justiça, a comunicação analisa qual a posição da representação – e de qual representação – em algumas das principais correntes contemporâneas da teoria da justiça. A premissa é que, dada a opacidade da categoria "povo" que se encontra em sua base, a representação política democrática se legitima na medida em que oferece oportunidades justas de acesso aos processos de tomada de decisão. Ela se vincula, portanto, a uma determinada compreensão do sentido da justiça. A partir daí, colocam-se questões como: no quadro de uma sociedade desigual, a representação política deve almejar a neutralidade ou formas de compensação das assimetrias? Ela deve refletir ou reconstruir interesses e identidades coletivas? Sua unidade é o indivíduo ou o grupo? Serão analisadas, em especial, as contribuições de John Rawls, Robert Nozick, Ronald Dworkin, Michael Sandel e Iris Marion Young.

QUESTÕES DE JUSTIÇA

MODERADOR: Flávia Biroli – Univ. de Brasília

Título da Comunicação: ***Igualdade de oportunidades perfeita: uma defesa***

Autor: **ROBERTO MERRILL** (nrbmerrill@gmail.com)
Instituição: **CEHUM, Univ. Minho**

RESUMO

A ideia de igualdade de oportunidades é das mais citados no discurso público, Hoje em dia ninguém nega a relevância da igualdade de oportunidades. No entanto, o conceito de igualdade de oportunidades (IO)pode ser dividido em pelo menos quatro concepções diferentes: (1) IO formal ; (2) IO equitativa ; (3) Real IO ; (4) IO perfeita. A IO distingue-se da igualdade estrita ou igualdade de resultados, e justifica-se porque certas desigualdades podem ser consideradas justas : as desigualdades justas são aquelas cuja responsabilidade pode ser atribuída aos indivíduos. No entanto, cada uma destas concepções da igualdade de oportunidades dá um peso diferente à responsabilidade distributiva individual.

Os estudos empíricos (Arrow et al, 2000 ; Lareau, 2003 ; Rothstein, 2003 ; Bowles et al, 2005) estabelecem que as riquezas afectivas (amor filial) que os pais distribuem aos filhos são tão significativas como as riquezas materiais distribuídas aos mesmos, na determinação das oportunidades das crianças para terem uma vida bem sucedida.

Se esta premissa empírica for verdadeira, então, se formos igualitaristas consequentes, deveríamos também distribuir de maneira igualitária as riquezas afectivas, assim como o fazemos com as riquezas materias. Ora isto implica que a IO perfeita é a concepção da igualdade que deveríamos tentar atingir. Mesmo se não for possível atingir a IO perfeita ao nível das políticas públicas de Estado (pois o risco de formar um Estado autoritário talvez seja demasiado elevado), no entanto podemos fazer do ideal de IO perfeita uma exigência ética nas nossas vidas pessoais.

QUESTÕES DE JUSTIÇA

MODERADOR: Flávia Biroli – Univ. de Brasília

Título da Comunicação: ***Autonomia e opressão na teoria política contemporânea: abordagens feministas para o problema da produção das preferências***

Autor: **FLÁVIA BIROLI** (fbiroli@terra.com.br)
Instituição: **Univ. de Brasília**

RESUMO

Doutora em História pela Unicamp, pesquisadora do CNPq e professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa em Democracia e Desigualdades, edita a *Revista Brasileira de Ciência Política* e é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. É autora dos livros *Mídia, representação e democracia* (organização com Luis Felipe Miguel; São Paulo: Hucitec, 2010) e *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia* (com Luis Felipe Miguel; São Paulo: Editora Unesp, 2011), entre outras publicações nas áreas de gênero, mídia e teoria política.

POLÍTICAS SOCIAIS

MODERADOR: Fernando Humberto Serra – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***A evolução do sistema português de previdência social em perspectiva comparada: 1935-1974***

Autor: **ANDRÉ MARQUES COSTA** (costa.relvas@gmail.com)
Instituição: **Univ. Aveiro**

RESUMO

A comunicação pretende apresentar a importância e o contributo do sistema português de Previdência Social no processo de institucionalização do Estado Social em Portugal, e compreender a evolução da Previdência Social através de uma comparação com o contexto internacional. Para efectuar essa comparação recorreu-se à análise da evolução e composição da despesa social em percentagem do PIB. O período histórico analisado inicia-se em 1935, com a criação da Previdência Social, e termina em 1974, com o fim do Estado Novo. Com base nos elementos e dados recolhidos foi possível tirar algumas conclusões acerca da importância da Previdência Social na institucionalização do actual Estado Social português, nomeadamente na configuração do sistema português de segurança social desenvolvido a partir de 1974. A evolução da despesa social ao longo do Estado Novo apresenta uma tendência crescente dos valores de despesa social, mas o sistema de Previdência Social nunca se transformou num sistema moderno de segurança social nem chegou próximo dos níveis de despesa social existentes na maioria dos países desenvolvidos.

POLÍTICAS SOCIAIS

MODERADOR: Fernando Humberto Serra – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise histórica do programa de saúde da família***

Autor: **DENILSON COELHO** (denilsonbc@unb.br)
BRUNO GONDIM DUARTE (brunobduarte@gmail.com)
Instituição: **Univ. de Brasília**

RESUMO

Este artigo investiga os mecanismos institucionais que explicam a recente onda de difusão de programas sociais no Brasil. Como apontado pela literatura de policy diffusion, algumas questões de interesse da ciência política podem ser respondidas por meio da aplicação de modelos estatísticos que calculam o impacto de fatores determinantes da adesão de políticas inovadoras. Os estudos desse campo de pesquisa focam o caso dos estados americanos e enfatizam a influência de atributos internos ou externos como as estruturas definidoras do processo de difusão. Tomando como base o estudo de Frances Berry e William Berry, nós pretendemos mostrar por meio de uma análise empírica que utiliza a metodologia Event History Analysis que ambos os modelos podem ser unificados para testar estatisticamente o efeito de variáveis de competição política, características socioeconômicas, networks e proximidade territorial. Chamamos a atenção para a especificidade do federalismo brasileiro que reconhece os municípios como entes federativos autônomos e com poder constitucional para aderir ou não às políticas de outras esferas de governo. Para investigar a aplicação de teorias e metodologias anteriormente descritas, será analisado o caso do Programa de Saúde da Família no período 1994-2010 para um conjunto de aproximadamente 5 mil municípios

POLÍTICAS SOCIAIS

MODERADOR: Fernando Humberto Serra – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Federalismo, poder de veto e coordenação de políticas sociais no Brasil pós 1988***

Autor: **JOSÉ ÂNGELO MACHADO** (joseangelo@fafich.ufmg.br)
Instituição: **Univ. Federal de Minas Gerais**

RESUMO

O *paper* discute, à luz da experiência brasileira pós-redemocratização, a proposição amplamente respaldada na literatura pertinente de que o federalismo obstaculiza ou retarda a implantação de políticas sociais, dados seus efeitos dispersivos ou de ampliação de pontos de veto sobre iniciativas politicas nacionais. Mobiliza evidências empíricas referentes à evolução das transferências intergovernamentais nos setores de saúde, educação e assistência social para realçar que outros atributos e mecanismos institucionais, como a estrutura de compartilhamento de receitas públicas, podem tornar governos subnacionais dependentes do financiamento federal e, daí, susceptíveis à cooperação com a União no desenvolvimento dessas políticas. Conclui que o federalismo não é condição suficiente para frear o desenvolvimento de políticas sociais, devendo ser analisado, neste sentido, à luz da combinação com outros componentes institucionais.

POLÍTICAS SOCIAIS

MODERADOR: Fernando Humberto Serra – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Estruturas de governança no capitalismo regulatório: a gestão da saúde no cone sul***

Autor: **MARCELO COUTINHO – UFRJ/IUPERJ** (prof.marcelo.coutinho@gmail.com)
VERÔNICA CRUZ – Univ. Fed. do Rio de Janeiro (verônica@ess.ufrj.br)

RESUMO

A América Latina passou por reformas do Estado ao longo das duas últimas décadas do século XX em decorrência do esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, prevalecente desde os anos 1950. Após as crises entre 1999 e 2002, em países como Brasil e Argentina, ascenderam novos governos com a promessa de recuperar as capacidades de coordenação do Estado, com ênfase especial nas políticas sociais. Em que pese o novo predomínio de padrões focados de polícias públicas, no campo das políticas universais como a da saúde, verificou-se ainda uma articulação crescente entre Estado e mercado para o suprimento de serviços públicos. Este trabalho tem como objetivo examinar justamente esse fenômeno, comparando as experiências brasileiras e argentinas nos últimos anos, agora no contexto de maior crescimento econômico e de capitalismo regulatório, no qual se destacam as agências reguladoras e os planos de saúde privada. Nossa hipótese é que em países do Cone Sul, a despeito do conforto fiscal que experimentaram na última década, o Estado abdica de seu potencial de prover e transfere aos agentes do mercado a responsabilidade pela oferta de bens e serviços públicos, preservando a tendência experimentada dos anos 90.

POLÍTICAS SOCIAIS

MODERADOR: Fernando Humberto Serra – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Theory of catástrofes and its systemic influence on electoral cycles***

Autor: **MIGUEL ROCHA DE SOUSA** (joseangelo@fafich.ufmg.br)
ANTÓNIO CALEIRO
Instituição: **Univ. Évora**

RESUMO

We sum up the literature on economic catastrophes, and assess its economic impact through the Arrowian (1962) "Learning by Doing" model using an adapted human capital framework. We distinguish between natural and human caused catastrophes, like tsunamis, water floods, earthquakes and the anthropogenic caused ones like wars, terrorism, genocide and mass murder crime, like ethnic cleansing.

The main novelty of this exploratory work is to combine economic tools to assess the impact of a shock due to systemic crises (the so-called and defined catastrophes) on politico-economic cycles. As far as the political economic literature we know, this is still an unexplored issue. Specifically, our main question which we try to answer is: Does the electoral cycle change due to a systemic shock? Or does leadership change and cabinet reconduction occurs due to extreme moments, such as catastrophes?

DEMOCRACIA BRASILEIRA: O QUE SABEMOS?

MODERADOR: Paulo Peres – Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Título da Comunicação: ***Processo legislativo no Brasil: balance e perspectivas***

Autor: **GUSTAVO GROHMANN** (lgmgrohmann@gmail.com)
Instituição: **Univ. Federal do Rio Grande do Sul**

RESUMO

O trabalho analisa a recente produção brasileira sobre o processo legislativo, focando especialmente suas implicações sobre as políticas públicas. A permanência dos dilemas do presidencialismo de coalizão (multipartidarismo combinado com centralização de poderes no Executivo) sugere que a reflexão sobre este fenômeno está longe de se esgotar, especialmente considerando a complexa realidade estadual e municipal da organização de poderes e do seu processo legislativo. Apesar da institucionalidade dessas esferas ser razoavelmente semelhante, seus efeitos políticos variam de região para região. A literatura dá diferentes interpretações sobre essa realidade, desde uma relativa uniformidade de efeitos (ultrapresidencialismo) até a heterogênea complexidade de subsistemas regionais.

DEMOCRACIA BRASILEIRA: O QUE SABEMOS?

MODERADOR: Paulo Peres – Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Título da Comunicação: ***Judicialização da política no Brasil: o que sabemos?***

Autor: **ERNANI CARVALHO** (ernani.carvalho@pq.cnpq.br)
Instituição: **Univ. Federal de Pernambuco**

RESUMO

Um dos fenômenos contemporâneos de maior destaque na vida pública é o excesso de acionamento dos Tribunais. Isso tem ocorrido em todos os níveis da dinâmica social em todos os países democráticos e, obviamente, no contexto brasileiro. O objetivo da apresentação é fazer uma análise crítica do "estado da arte" do debate acadêmico sobre a judicialização da política no Brasil, procurando demarcar o que, afinal, sabemos sobre esse fenômeno no país. Ou seja, por quê, como e quando os Tribunais têm sido chamados a participar mais ativamente do processo decisório?

DEMOCRACIA BRASILEIRA: O QUE SABEMOS?

MODERADOR: Paulo Peres – Univ. Federal do Rio Grande do Sul

Título da Comunicação: ***Eleições municipais no Brasil: aspectos centrais da maior eleição do país***

Autor: **HUMBERTO DANTAS** (humbertodm@insper.edu.br)
Instituição: **Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER)**

RESUMO

As eleições municipais no Brasil ocorrem simultaneamente em 5.565 cidades, movimentando 135 milhões de eleitores, 28 partidos e 400 mil candidatos que disputam Prefeituras (pleitos majoritários) e vagas nas Câmaras de Vereadores (pleitos proporcionais). A data não coincide com as demais eleições do país, o que sugere que as eleições municipais seguem uma lógica própria. Nesse cenário, é necessário analisar o peso do sistema eleitoral e sua relação com o funcionamento dessas disputas. Em termos de coordenação eleitoral, no nível local os partidos não respeitam alianças estabelecidas em outras esferas de poder, sendo comum coligações municipais que discrepam substancialmente das alianças nacionais. Além disso, também é possível confirmar a hipótese de Duverger sobre o caráter bipolar de eleições majoritárias de turno único (adotada em mais de 98% das cidades), o que torna necessária a compreensão desses processos de coordenação local dos partidos. Estes e outros aspectos serão discutidos com o intuito de apresentar um panorama analítico que auxilie na compreensão mais acurada do sistema político-partidário brasileiro sob a ótica das disputas municipais

LUSOFONIA – TRANSIÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

MODERADOR: Maria da Luz Ramos – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Ficha limpa – um mecanismo a favor da qualidade da representação democrática?***

Autor: **NEIARA DE MORAIS** (neiara@hotmail.com)
Instituição: **CES-UC**

RESUMO

O debate em torno da lei de iniciativa popular que ficou conhecida como "Ficha Limpa" perpassou todo o processo das eleições de 2010 no Brasil. A lei foi fruto da articulação de organizações da sociedade civil que propugnavam pela "melhoria no perfil dos candidatos a cargos eletivos", através da regulamentação de novas hipóteses de inelegibilidade decorrentes da vida pregressa do candidato.

Alguns pontos da nova lei geraram imensas controvérsias jurídicas, nomeadamente o que estabelece que pessoas com condenações judiciais ainda passíveis de recursos estejam impedidas de candidatar-se.

Percorrendo-se o histórico da elaboração, aplicação e contestação à lei em seu primeiro ano de vigência e, principalmente, suas justificações, buscar-se-á analisar a hipótese de que as idéias que subjazem ao projecto de lei relacionam-se com o fenômeno da judicialização da política e com um possível "direito eleitoral do inimigo". Portanto, a pergunta que conduz o trabalho é: o que motivou as organizações da sociedade civil e os quase dois milhões de eleitores que assinaram o projeto de lei de iniciativa popular a apostar na melhoria da qualidade da representação democrática através da ampliação do poder de veto dos órgãos do Sistema de Justiça?

LUSOFONIA – TRANSIÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

MODERADOR: Maria da Luz Ramos – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Entre o conflito e a democracia: 10 anos de independência em Timor-Leste***

Autor: **SÓNIA RODRIGUES** (sonia.rodrigues@ipri.pt)
Instituição: **IPRI-UNL**

RESUMO

Tendo como estudo de caso os 10 anos de independência em Timor-Leste, a comunicação centra-se na problemática da construção institucional de Estados pós-conflito.

Entre a construção de instituições democráticas e o despoletar de conflitos esporádicos, a história do mais jovem Estado do século XXI é indissociável do recurso às missões das Nações Unidas como mecanismo de estabilização, tal como foi perceptível com a crise político-militar de 2006 e os ataques de 2008 ao Presidente José Ramos Horta e ao Primeiro-Ministro Xanana Gusmão.

De que forma a transição para a independência condicionou a estabilidade/instabilidade do Estado? A realização de eleições pós-conflito contribuiu para a resolução das disputas político-militares ou potenciaram a sua deflagração? Há uma identificação directa entre a composição dos movimentos de libertação nacional pré-independência e a constituição dos partidos políticos pós-conflito?

Se a transição para a independência constituiu o primeiro passo para a construção da democracia, a consolidação de uma democracia estável mantém-se como um desafio à elite política e ao povo Maubere. E se o ano de 2012 marca os 10 anos de independência Timorense, as eleições presidenciais e legislativas de 2012 serão um desafio à estabilidade democrática de Timor-Leste.

LUSOFONIA – TRANSIÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

MODERADOR: Maria da Luz Ramos – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***Uma herança ignorada. Do uso das finanças públicas para fins de Propaganda política (1946-1974)***

Autor: **LUÍS FILIPE MADEIRA** (lmadeira@ubi.pt)

Instituição: **UBI**

RESUMO

Abordar, numa perspectiva crítica, a obra financeira de Salazar no quadro do império colonial português é afrontar, desde logo, o mito da produção permanente de equilíbrios orçamentais que domina, sem contestação, a historiografia colonial e o inconsciente colectivo, à escala universal. No entanto, dado que, após a Segunda Guerra Mundial, nunca se verificou um qualquer equilíbrio efectivo das contas públicas do Estado Novo, urge realizar uma correcção dos documentos financeiros oficiais e propor uma nova leitura política das receitas e despesas públicas que, sendo mais adequada à compreensão da essência da administração financeira praticada, lance nova luz sobre a natureza das políticas públicas executadas nos países submetidos à administração portuguesa.

A quantificação dos fluxos financeiros que, embora tenham sido indispensáveis ao governo dos territórios de além-mar, não foram registados nas respectivas contas oficiais prova o carácter mitológico do equilíbrio constante das contas públicas e desafia ideias feitas no que concerne, designadamente, ao grau de prioridade acordado por Lisboa à política ultramarina de desenvolvimento humano. A desconstrução da ficção financeira criada pela máquina de propaganda do Estado Novo aqui proposta é geradora de alternativas ao modo como tradicionalmente são perspectivadas as políticas públicas do passado e a administração financeira do presente.

LUSOFONIA – TRANSIÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

MODERADOR: Maria da Luz Ramos – ISCSP-UTL

Título da Comunicação: ***História, política e desenho institucional na performance de uma jovem democracia semipresidencial: Timor-Leste***

Autor: **RUI FEIJÓ** (ruifeijo@gmail.com)
Instituição: **CES-UC**

RESUMO

O debate sobre os méritos do semi-presidencialismo no processo de consolidação de jovens democracias tem comnhecido nos últimos tempos contributos significativos, entre os quais avulta a obra de Robert Elgie. No entanto, grande parte dos argumentos centram-se na procura de elementos estruturantes ou sistémicos de cada um dos tipos de semi-presidencialismo que expliquem o sucesso de uns e a tendência de outros para se associarem a quebras nos regimes democráticos. Esta comunicação pretende discutir esse pressuposto e sustentar que para além de eventuais méritos estruturais, o sucesso de um determinado desenho institucional se articula com as condicionantes históricas e políticas em que actua. O caso de Timor Leste será usado como exemplo.